

Mobilizar todos os patriotas para esmagar os inimigos da Nação

Preparar a Greve Geral Para Conquistar Solução Que Interessa ao Povo

NOVOS RUMOS

ANO IV — Rio de Janeiro, semana de 7 a 13 de setembro de 1962 — N° 126

A Questão Fundamental

DIANTE do agravamento da situação política do país, qual o caminho que interessa ao povo brasileiro?

Os comunistas, no documento divulgado na última edição de NOVOS RUMOS, deixaram clara sua posição favorável à realização, no mais curto prazo, de um plebiscito sobre o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo. Trata-se de uma exigência democrática. Deve o povo ser ouvido sobre a alteração da forma do governo realizado, sem o seu consentimento, por uma maioria parlamentar reacionária. Exigir, assim, que a 7 de outubro, conjuntamente com as eleições, tenha lugar a consulta plebiscitária, corresponde a defender uma solução justa, que mereça o apoio de todos os democratas. Mas, deve-se também ter em vista que a solução dos problemas nacionais não depende das escolhas entre parlamentarismo e presidencialismo. O impedimento às reformas de base, a solução dos problemas que afligem nosso povo, não está na forma do governo, mas sim na sua composição e na sua política. Que ocorreu com os governos presidencialistas dos srs. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros? Resolveram eles os problemas nacionais? Todos sabem que não.

O APOIO, pois, à exigência de realização do plebiscito a 7 de outubro não significa que esta seja a questão fundamental a se resolver. A luta das forças democráticas e patrióticas tem como objetivo central a solução efetiva dos problemas do povo, a aplicação concreta de medidas que, combatendo o domínio imperialista e a exploração do latifúndio, promovam as mudanças de estrutura indispensáveis ao desenvolvimento independente e progressista do país e ao bem-estar das massas. É a mesma a luta por um governo nacionalista e democrático, capaz de realizar essas mudanças e que se caracterize pela sua política e pela sua composição, um governo sem reacionários e entreguistas, no qual os trabalhadores, os camponeses, a intelectualidade revolucionária e

as camadas médias também estejam representados.

As vésperas do segundo esforço concentrado, a situação política apresenta inegáveis sinais de extrema gravidade. Pode ocorrer, evidentemente, entre conchavo, nova conciliação às custas dos interesses do povo. Também não se exclui a possibilidade de pronunciamentos militares, capazes de gerar conflitos importantes. Essa situação exige maior e mais intensa mobilização das massas e sua participação mais ativa na luta. A posição do movimento operário e das forças populares não pode ser de expectativa, à espera de que se produza fora os acontecimentos que venham a ocorrer, as massas estarão preparadas para enfrentá-los na medida em que se mobilizarem desde já, através das organizações operárias, camponesas, estudantis, por todas as formas, e intensificarem a luta pelas reformas de estrutura, por um governo nacionalista e democrático, pelas suas reivindicações imediatas, pela defesa e ampliação das liberdades, contra a política de conciliação com os inimigos do povo, pelo isolamento e derrota dos reacionários e entreguistas, da camarilha dos Lacerda, Juracy, Herbert Levy e Amaral Peixoto. E essa luta é inseparável de uma ativa participação na campanha eleitoral, que constitui importante batalha política.

QUANTO aos comunistas, no documento a que nos referimos de início se destaca que o momento presente exige que ponham em tensão todas as suas energias, estreitem sua ligação com as massas trabalhadoras da cidade e do campo, compreendam corretamente a situação política e avaliem com acerto o grau de radicalização da consciência das massas. Da atividade dos comunistas, da sua capacidade de organizar e dirigir as massas, depende hoje em grande parte o maior ou menor avanço no sentido dos objetivos das forças que lutam pelo progresso e pela libertação nacional.

As massas já não suportam mais suficientemente o regime político a solução que interessa aos seus interesses. As massas, que querem se pronunciar sobre o regime, não admitirão entretanto que continuem a ser torpedeadas as reformas de

estrutura que nos libertem da espoliação e do latifúndio. Trabalhadores, camponeses, estudantes e todo o povo, participam da luta. Através de manifestações e preparando a greve geral, irão influir na crise para conquistar a solução que interessa ao Brasil. Texto na 3a. pag.

NR Diário

A partir da próxima terça-feira, dia 11, NOVOS RUMOS circulará diariamente, e manter-se-a assim durante todo o período do esforço concentrado do Congresso. Essa decisão, esse esforço maior que fazemos, tem em vista levar esse esforço maior que fazemos e ao povo, nessa fase aguda da crise que o país atravessa, a nossa opinião sobre os problemas em foco e mais ainda a palavra de defesa dos genuínos interesses dos trabalhadores, do povo e do Brasil, aviltados por setores da imprensa alugados ao imperialismo norte-americano.

Esperamos, assim, servir bem e patrioticamente aos leitores da Guanabara, de São Paulo e do Estado do Rio, unidades da Federação a serem atingidos pela nossa edição diária.

Cuba: Novas Ameaças do Imperialismo lanque

Texto na 2ª página

Independência: Conquista Das Lutas do Povo Brasileiro

Texto na 5ª página

Corrupção e Suborno do Poder Econômico Fraudam as Eleições

A oitava página desta edição contém farta material documentando a intervenção do poder econômico visando viciar e corromper o processo eleitoral brasileiro. Rios de dinheiro estão sendo para garantir a ocupação do Parlamento em seu próximo período legislativo pelos representantes das chamadas «classes produtoras». Nos mais variados setores essa interven-

Hoje, 19 horas LARGO DO MACHADO Comício da Independência

ORADORES

- Leonel Brizola
- Oswaldo Pacheco (pelo Comando dos Trabalhadores)
- Aurélio Viana
- Eloy Dutra
- Líderes sindicais
- Líderes estudantis



BRIZOLA

- Contra a espoliação imperialista
- Pela reforma agrária radical
- Contra o poder econômico
- Por um governo nacionalista e democrático
- Pelas reformas de base
- Contra a carestia
- Pela revisão do salário mínimo
- Pelo plebiscito a 7 de outubro



PACHECO

Legalidade Democrática é Bandeira de Luta do Povo Brasileiro

«Legalidade» é como uma palavra mágica que não sai hoje da boca de muitos entreguistas, de muitos dos piores inimigos da democracia e do progresso em nosso País. Que significa «legalidade» para homens como Lacerda, Juracy, Herbert Levy e Amaral Peixoto? Significa, nada mais nada menos, que a entrega de nossas riquezas e até da soberania nacional aos monopólios imperialistas. Significa o império do latifúndio e a eternização da misé-

ria das massas camponesas. Significa a preservação do atraso, das doenças, da incultura em que está submersa a maioria de nossa população. Significa a liberdade para os traidores venderem a Pátria e a liberdade para os nossos criadores serem ceifados pela morte como se fossem mósas. Ao povo brasileiro o que interessa é a autêntica legalidade democrática. (7a. página).

Governo de Juracy: império da jogatina

Texto na 6ª página

Dimitrov: Herói do Povo Búlgaro

Texto na 4ª página

HOJE -- (Dia 6) -- NITERÓI Passeata e Comício Por um Governo Nacionalista e Democrático

ORADORES:
Tenório Cavalcanti, Vasconcelos Torres, Aarão Steinbruch, João Batista da Costa, Demistóclides Batista, Francisco

Alves da Costa (Zizinho), Afonso Celso Nogueira Monteiro, Helvécio Monassa, Manuel Martins, José Maria Cavalcanti, Irene Wanderley.

PONTA DA AREIA (16hs.) — JARDIM SÃO JOÃO (18,30 hs.)
saída da passeata início do comício

Garantia de Investimentos: EUA Querem Impor ao Brasil Acôrdio Ilegal e Colonizador

O Acôrdio de Garantias de Investimentos, que está sendo negociado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, como condição para a «ajuda» da Aliança para o Progresso, além de berrantemente inconstitucional é um instrumental colonizador, uma espécie de canção que o imperialismo lanque quer colocar em nosso pescoço. Leia na 3a. página a íntegra do acôrdio em discussão e os comentários na NOTA ECONÔMICA.

Leia na 3a. página a íntegra do acôrdio em discussão e os comentários na NOTA ECONÔMICA.

Encontro de Libertação Nacional: Declaração

Os Divisionistas

Roberto Moreno

Publicamos abaixo o texto da Declaração do Encontro de Libertação Nacional, documento que fixa os princípios e objetivos da Frente de Libertação Nacional:

BRASILEIROS!

No momento em que se realiza o I Encontro de Libertação Nacional, acontecimento que marcará o início de nova fase na luta de emancipação, proclamamos, nesta DECLARAÇÃO, os objetivos pelos quais lutamos, a convicção de que só de nós depende a vitória, a prática da ação política e a luta por uma sociedade mais justa e livre.

Para a formação da nova consciência da realidade brasileira em todas as camadas do povo, é necessário levar a todos a análise da nossa realidade, comprovando que as causas do sofrimento, da miséria, do atraso e da ignorância, numa palavra, do subdesenvolvimento, são fundamentalmente econômicas. Tem sua origem na exploração de que somos vítimas por parte do imperialismo e podem ser removidas pelo esforço conjunto.

Não temos ainda condições de nação soberana e, por isso, a conquista desta soberania é uma imposição da nossa vontade e do nosso destino. Somos explorados economicamente e cerceados culturalmente pelos que desejam conservar-nos como área produtora de matérias-primas, impedir a nossa industrialização e imputar...

nos seu estilo de vida. O imperialismo mais agressivo, aquele contra o qual, por isso, mais agredidamente temos de lutar, é o norte-americano. Precisamos libertar-nos da submissão à economia do dólar, o que só conseguiremos quando expulsarmos o capital monopolista estrangeiro em geral e o norte-americano em particular, constituindo aqui mesmo os recursos básicos para financiar o desenvolvimento e adotando uma política de comércio com todas as regiões do mundo, especialmente com as nações socialistas. Igualmente, devemos associar a nossa luta nacional à de todos os demais povos, notadamente latino-americanos, que se esforçam pela conquista de sua emancipação.

A luta anticolonialista é o grande objetivo desta mobilização popular. Não nos iludimos com programas de pretensa ajuda, como a Aliança para o Progresso, na realidade instrumentos de penetração e dominação imperialistas. Impediremos primeiramente a necessidade de repelir as manobras do capital monopolista estrangeiro e de defender as medidas que a elas se opõem, em benefício da riqueza nacional. Para isso, faz-se mister, como passo inicial do processo de afastamento do capital monopolista estrangeiro, proibir a remessa dos lucros para o exterior. Esta luta só poderá ser vitoriosa se contar com a unidade de todo o povo e o comando de uma vanguarda lúcida e arrojada.

O sinal do vigor do movimento de libertação nacional é o aparecimento da aliança operário-camponesa-estudantil e sua constituição em fator político e atuante no cenário público, em ligação com as demais correntes nacionalistas e progressistas, incluindo os setores da burguesia em choque com o imperialismo e o latifúndio. Temos de reforçar por todos os modos a aliança entre os operários, os camponeses e os estudantes, contrapondo-nos aos planos desagregadores com que as forças dominantes, os latifundiários, os banqueiros, os comerciantes e industriais ligados ao imperialismo pretendem dividir-nos e confundir-nos.

Na formação das vanguardas conscientes do povo, o papel decisivo cabe aos operários urbanos — a força mais consciente e mais consequentemente revolucionária — cuja liderança e impulsionadora na concentração e mobilização dos esforços visando a conquista de nossa completa emancipação econômica, política e social. Lutando em seus sindicatos e por suas reivindicações específicas os operários urbanos passaram já à atuação política e constituem uma força ponderável no uso de um direito legítimo: o de fazer valer o peso da decisão das massas trabalhadoras na determinação dos rumos de nosso processo histórico.

Os camponeses são os aliados mais firmes, mais próximos dos operários urbanos e unidos e organizados para a luta contra o...

latifúndio e a exploração semi-feudal, devem desempenhar um papel político que culminará num reforçamento sem precedentes na luta emancipadora. Eis por que um dos traços peculiares do movimento de libertação nacional é o reforço da luta camponesa, que terá de ser ampliada a ponto de arregimentar os milhões de trabalhadores do campo e valorizar a força revolucionária que eles representam. Aos operários urbanos compete assumir o papel de vanguarda na mobilização dos camponeses.

A luta pela reforma agrária radical assume neste momento o significado de um dos objetivos prioritários de nossa emancipação. Para ela devem convergir os esforços de todas as camadas do povo, dos operários e dos intelectuais, que se unirão aos camponeses na sua luta específica, a fim de conduzir o processo de transformação das relações de produção no campo, libertando os trabalhadores da servidão à gleba, garantindo-lhes a posse de um pedaço de terra, unindo-se em cooperativas de sua própria iniciativa e consentimento e aumentando a capacidade produtora, em benefício do abastecimento de toda a nação.

Aos intelectuais está reservado o papel destacado de contribuir para a elaboração da nova cultura exigida pela sociedade que vai se criando no país. Cabe-lhes prosseguir lutando para ajudar a remover os obstáculos resultantes de concepções retrógradas que dificultam a marcha do desenvolvimento e a criação da nova estrutura econômica. Para isso é indispensável procedermos à reforma universitária, de acordo com as exigências das massas estudantis, que reclamam, neste momento, a participação na direção das Universidades. A erradicação do analfabetismo e a difusão do ensino popular de grau médio serão consequências da transformação econômica que planejamos.

mos para a sociedade brasileira.

9. A política externa de soberania, de reconhecimento do direito de autodeterminação de todos os povos e não intervenção nos assuntos internos de outros países, de respeito pela revolução cubana, com a qual todo o povo brasileiro está solidário, contra qualquer intervenção imperialista no processo evolutivo dos povos latino-americanos, uma política externa a favor da paz e do desarmamento completo e universal, são outros dos objetivos que norteiam este movimento. Somente a vigilância das forças populares poderá dar consequência a esta política de aquisição de nossa própria soberania e do respeito pela aliança, impedindo intencionalmente, nesse terreno, sempre possível, uma vez que, de modo geral, as influências entreguistas prosseguem fazendo-se sentir em largos setores da vida do País.

10. A unidade do povo, a consciência dos atuais objetivos históricos, a luta contra o imperialismo e o latifúndio, a disposição de combater em todos os terrenos contra os que pretendem ferir os direitos da pátria brasileira, a incessante atenção destinada a resolver o problema dos desequilíbrios regionais, a defesa das liberdades fundamentais e a conquista de novas liberdades, a expansão da mentalidade nacionalista no seio das forças armadas, o fortalecimento da força do movimento dos operários e dos camponeses e sobretudo a certeza na próxima vitória do povo, tais são em síntese os objetivos que coordenam este Encontro de Libertação Nacional, os quais em breve deixarão de ser simples proclamações para se converterem em formas da prática política do governo nacionalista e democrático que o povo brasileiro criará para dirigir a conquista de sua grandeza.

São Paulo, 21 de agosto de 1962.

Violências

Fala-se muito, neste momento, em terror econômico sobre o processo eleitoral, procurando distorcer a marcha normal do pleito de 7 de outubro, favorecendo candidatos cuja profissão de fé coincide com os dos grupos mais reacionários, com os dos fascistas e os dos serviais do imperialismo. Em São Paulo acaba de revelar-se mais um tipo de terror — a que não estará alheio certamente a pressão econômica — atuando no mesmo sentido. Podemos chamá-lo de terror judiciário.

Apreciando candidatos à Câmara Federal e à Assembleia Estadual de São Paulo, o TRE negou registro a democratas, em pleno gozo de seus direitos, por considerá-los comunistas. Um julgamento absolutamente subjetivo, pois os candidatos não se apresentaram como comunistas. Suas candidaturas foram propostas pelo PTB e outros partidos. Um julgamento anticonstitucional, porquanto as decisões dos juizes paulistas se basearam unicamente em indicações da polícia (o DOPS), quer dizer, em suposições infundadas ou simples falsidades. E sabido que a polícia sempre "identificou" como comunistas, sobretudo durante o Estado Novo, cidadãos que eram apenas antifascistas. Um dos casos, em São Paulo, foi verdadeiramente escandaloso: o do sr. Rio Branco Paranhos. Houve empate no julgamento do TRE: 3 a 3. O chamado "voto de minerva", exercido pelo presidente do Tribunal, desembargador Rafael de Barros Monteiro, foi contrário ao candidato, considerando-o comunista.

São Paulo não brilha pela originalidade. Casos semelhantes se reeditam em Goiás, onde um candidato, pelo simples fato de ser dirigente camponês, José Porfirio, foi impugnado e teve seu pedido de registro inde-

ferido como candidato a deputado estadual.

Semelhantes julgamentos, sob a alegação de ter este ou aquele candidato se pronunciado publicamente contra a intervenção americana em Cuba, em favor da campanha pela proibição das armas atômicas, pela reforma agrária — que o DOPS considera "comunismo" — mostram o caráter desses juizes e desses tribunais. Juizes e tribunais fascistas. Juizes e tribunais que se deixam arrastar por suas paixões pessoais de reacionários. Juizes e tribunais que se deixam corromper.

Baseados em tais julgamentos, não faltam os lacerdistas ou integralistas que se animam a impugnar candidatos sob idêntica alegação, de que seriam comunistas. E se fossem? Os comunistas, pela Constituição, têm direito — e o dever —

de voto e direito de serem votados. E sabido que a Constituição brasileira está longe de ser uma Constituição efetivamente democrática. As eleições no Brasil estão longe de ser eleições realmente livres, quando milhões de brasileiros não têm direito ao voto pelo fato de serem analfabetos, culpa que não lhes cabe, mas às próprias classes dominantes. No entanto, esses juizes e tribunais chegam ao deslante de violar até mesmo as precárias e incompletas liberdades democráticas de que desfrutam.

Tem razão os trabalhadores paulistas quando protestam energeticamente, como o fizeram as organizações do Pacto Sindical, contra as decisões anticonstitucionais de juizes fascistas, que constituem um insulto ao povo brasileiro. Um insulto e uma ameaça que precisa ser detida.

AGRESSÃO A CUBA PROVOCA PROTESTOS: MANIFESTO DE PERSONALIDADES, NOTA DA FLN

Protestando contra a covarde agressão contra-revolucionária que na última quinzena de agosto metralhou a população civil de Cuba, participando de um ato oficial do governo cubano no Hotel Miramar e presente a um espetáculo no Teatro Chanchi, agressão preparada e executada desde a Florida, parlamentares, altas patentes militares, escritores, artistas, dirigentes sindicais e jornalistas brasileiros vêm de lançar expressivo manifesto.

SIGNATÁRIOS

Entre os que assinaram a significativa mensagem de solidariedade ao povo cubano e de afirmação no respeito à autodeterminação de todos os povos, figuram: Deputados Josué de Castro, Ferro Costa, José Joffily, Almino Afonso, Sérgio Magalhães, Fernando Santana, Lício Hauer, Francisco Julião, Adalgisa Nery, Roland Corbisier e Paulo Albert; Generais Henrique Oest, Sampson Sampaio, Saturnino Alves Gonzaga Leite, Felismino Cardoso, Leônidas Cardoso; Líderes sindicais Dante Pelacani, Osvaldo Pacheco, Benedito Corqueira, Hello

Marques, Maria Segória e Nilton de Oliveira; Escritores, jornalistas e artistas: Alvaro Lins, Di Cavalcanti, Barbosa Melo, Enéida, Dias Gomes, Edward Bailly, Luiz Luna, Almir Mattos, Fátima Guller, Hieracio Sales, Luiz Alberto Bahia, Luciana Martins, Moniz Bandeira, Miguel Borges, Mário Alves, Oduvaldo Vianna Filho, Aroldo Wall, Nelson Lins de Barros, Flavio Migliaccio, Carlos Sellar, Abdias Nascimento, Jurema Finamour, Nelson Pereira dos Santos, Amílcar Alcencastre, Alinor Azevedo, Carlos Diegues, Leon Hirzman e Eduardo Coutinho.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Também a Frente de Libertação Nacional, seção da Guanabara, divulgou nota de protesto contra a nova agressão lançada a Cuba. A FLN, em ofício enviado ao ministro das Relações Exteriores, solicita providências daquela autoridade diante do fato noticiado por emisoras desta capital de estar agindo na Guanabara, gozando de completa impunidade, o agente contra-revolucionário Eduardo Nelo Muniz, comprando a arma para empregá-la contra a República Cubana.

Diante do avanço das lutas da classe trabalhadora e do povo para libertar nosso país, do imperialismo e dos latifundiários, tem aumentado a campanha anticolonialista, orientada e financiada pelos trustes e monopólios estrangeiros e seus agentes nacionais.

Pode-se citar as várias fontes que sustentam monetariamente essa campanha antipatriótica e antiooperária: Ponto IV, Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Aliança Para o Progresso, Centro das Indústrias do Estado da Guanabara, CONCLAP, etc. Estas são organizações consideradas legais. Intervenções públicas, editais, revistas e jornais, que distribuem gratuitamente, financiam bolsas de estudo nos Estados Unidos, sustentam a Missão CIOEL-ORIT, no Brasil, pagam verbas, programas de rádio e televisão para Carlos Lacerda, Herbert Levi, Amaral Neto e outros agentes de menor porte, para combater os que lutam pela emancipação econômica e política de nossa pátria e pelas reivindicações e direitos dos trabalhadores e dos camponeses e dos estudantes para democratizar o ensino e as escolas.

Mobilizam senhoras ricas da chamada alta sociedade, para enviar memoriais e mensagens dirigidas ao governo, juizes e parlamentares, para dar impressão que há apoio no povo, em favor da sua campanha anticomunista.

Onde, porém, a campanha reacionária assume aspectos desesperados, e entre os trabalhadores. Mobilizam os mais cínicos, traidores, aventureiros e aproveitadores, que ainda ocupam postos nas diretorias de alguns organismos sindicais: Elementos como Antônio Magaldi, Ary Campista, Floriano Maciel, Octacílio Barbalho, Serapião Nascimento e tantos outros, servem bem aos seus financiadores.

Com esses recursos, organizam Encontros "Sindicais", pagando estadas e viagens grátis e "delegados operários". As reuniões são fechadas e controladas com requintes policiais. Poucas foram as organizações sindicais da Guanabara e outros Estados que foram convidadas a tomar parte no chamado II Encontro Interestadual dos Sindicatos Livres. A participação e assistência às sessões, por parte de qualquer trabalhador, também estiveram sujeitas a identificação.

Por que esse medo? Por que essa discriminação? Tinham, como têm, receio que fossem desmascarados e valados, homens como Carlos Lacerda, que prende, espanca e processa trabalhadores quando lutam por suas reivindicações, como o fez com os empregados em transportes de carga, e tenta dividir e desorganizar os sindicatos. Como poderia falar sem ser apupado, o governador Juracy Magalhães, que está arrastando a Bahia, usando métodos de violência policial contra o povo e os trabalhadores? Como poderiam aparecer tranquilamente conhecidos pelegos e aproveitadores como Antônio Magaldi e Ary Campista? Por isso mantêm fechadas e policiadas as suas reuniões.

A imprensa, para e controlada, pelos trustes e monopólios imperialistas, como o "Estado de São Paulo", "O Globo", "Cor-

reio da Manhã" e outros, gastam colunas e colunas para dar notícias detalhadas dessas reuniões, para dar impressão que esses elementos e seus organismos valem muito e têm apoio dos trabalhadores.

Mas, como pretendem realizar programas de reivindicações, tentando dividir os trabalhadores e desorganizar o movimento sindical? Um dos principais elementos do "sindicalismo livre", sr. Octacílio Barbalho, presidente do Sindicato dos Armadores, combate as conquistas dos marítimos, portuários e ferroviários, tachando-as de absurdas, defendendo as empresas de navegação e as que empreitam serviços portuários. Sr. Antônio Vitor dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos de Santos, confinou as greves realizadas nessa cidade de São Paulo, reclamando do governo medidas repressivas contra os trabalhadores. Essa é a sua orientação e sua tarefa.

Juntamente com eles se encontram elementos do clero, como os padres Veloso, Carvalho e outros, dirigentes e coordenadores do chamado Movimento de Orientação Sindical, que aliam trabalhadores honestos, para seus cursos de formação de líderes operários, atraindo operários católicos contra católicos, estes contra os de outras religiões, e intervêm em eleições sindicais, valendo-se de recursos financeiros que arrancam do patronato, do governo e de outros meios.

Toda a atividade dos anticomunistas, que se veste com várias roupagens, agora usa a que está mais em moda, a do "sindicalismo livre e cristão". Combatem, agora, mentrosamente, o imposto sindical, mesmo vivendo dele. Quem mais se loupeia o gosto desse imposto, que esses pelegos, como Ary Campista, que por muitos anos, foi um dos donos da Comissão de Imposto Sindical?

A finalidade da campanha anticomunista e servir aos seus patrões imperialistas, tentando dividir os trabalhadores e as organizações sindicais.

Essa campanha precisa ser desmascarada. Denunciar o que pretendem, quem os financia e quem são eles. Que seja feito isso de clara, nas tribunas sindicais, nos jornais populares e dos sindicatos, nas concentrações operárias, nas organizações populares e culturais, isto é, em todos os lugares onde palta o pensamento do povo. Deve ser uma campanha esclarecedora, de educação política, sem sectarismo, não confundindo os verdadeiros inimigos do nosso povo, com os que são enganados com eles, com suas palavras.

Esta deve ser nossa resposta aos manobras desses conhecidos pelegos e divisionistas, muitos já velhos comensais da indústria do anticomunismo.

Ao lado de sua campanha anticomunista, lançam outros métodos terroristas, todos com o fito de atemorizar governantes, vacilantes, órgãos de imprensa e outros meios de publicidade, líderes e dirigentes políticos e sindicais. Com a nossa campanha de desmascaramento, a luta sem tréguas por nossas reivindicações e direitos, pela defesa das entidades democráticas, derrotaremos esses inimigos dos trabalhadores e do povo do Brasil.

BID Corrompe

Ha alguns dias ocorreu o primeiro aniversário da "Aliança para o Progresso". Não houve celebrações porque — segundo os próprios jornais da imprensa "sadia" — os planos da "Aliança" ainda não tiveram oportunidade de realizar-se". Manelra eufemística de constatar-se um fracasso.

Mas as verbas do plano dito assistencial dos lanques aqui chegaram. Não para os fins anunciados e nem para distribuição segundo os critérios previamente divulgados. Os dólares vieram, para funcionarem como instrumento de suborno e serem movimentados por governadores, como Carlos Lacerda e Juracy Magalhães, cuja condição de serviais dos trustes é mais que notória.

Já em 1960 deste ano, no dia 8, em entrevista concedida ao "Diário de Notícias", o governador Leonel Brizola denunciava a "Aliança" como "simples instrumento de corrupção internacional", relatando a pressão que o embalsador Gordon produziu exercer sobre o governo gaúcho, através

da Procuradoria do Estado sulino na Guanabara, tentando impor condições inaceitáveis, por atentarias à soberania nacional, para a concessão de empréstimo ao Rio Grande do Sul. Brizola repeliu a ingerência.

Na Guanabara, porém, o "instrumento de corrupção internacional" vem funcionando. Dentro de seu programa, foram entregues ao governo de Lacerda, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, 35 milhões de dólares. "Para aplicação nos programas de água e esgotos" — disse Lacerda ao receber a dinheiro. Mas o que está ocorrendo é que enquanto a seca martiriza a população na cidade sem esgotos, o governador utiliza os milhões fornecidos pelo BID para fraudar o processo eleitoral. São os fundos destinados ao "progresso" da Guanabara que, por intermédio do IBAD e das ações democráticas, financiam a campanha milionária de Juracy, dos danilhos Nunes, dos brunilhos, dos amaralhos netos e meneses côrtes, como o próprio Lacerda o confessa nas páginas do seu psiquim.

Multidão e Confusão

O sr. Carlos Lacerda promoveu, na última semana, um comício na Praça N. S. da Paz, de apoio à candidatura do sr. Juracy Magalhães. Toda a equipe lanterna se lançou na propaganda da manifestação, durante vários dias. Estações de rádio e TV, imprensa, cartazes, alto-falantes, convocaram o povo carioca para o comício-monstro.

De monstros mesmo, só havia na Praça N. S. da Paz os oradores que se sucederam na tribuna defendendo, com seu habitual ardor "cívico", a "democracia", a "Constituição", a "legalidade": Juracy, Lacerda, Danilo. E alguns monstros: Amaral, Brunini, etc. Dizem que alguns cães do governador balanço, usados na dissolução de comícios, estavam presentes.

Segundo a própria "Tribuna", de 1.º de setembro, havia mil assistentes no ato público. Não sabemos se nesse número se in-

cluiu a guarda pessoal do sr. Lacerda, ou os casais de namorados que arrulham a noite naquela Praça. Já o "Jornal do Brasil", no dia seguinte, foi mais otimista, afirmando que ali estiveram "cerca de 2 mil pessoas", enquanto "O Globo" não ousa adiantar qualquer número, preferindo falar em "multidão", o que deixou intrinsecamente confusos a todos nós, seus assíduos leitores.

No entanto, o velho matutino e os dois vespertinos, se tamanhas divergências apresentaram na apreciação numérica do ex-quase-futuro-comício-monstro, foram unânimes na ilustração de suas matérias: nenhum deles estampou qualquer fotografia do ato.

Omissão essa que deixa margem, como é óbvio, às mais estranhas e confusas especulações.

Ameaça

Anuncia-se para hoje a chegada à Guanabara de dois contratorpedeiros e de um submarino norte-americanos que viriam participar, juntamente com unidades das marinhas brasileira, uruguaia e argentina, de manobras navais denominadas "Operação Unitas III". Há pouco estiveram fundeados no porto do Rio de Janeiro os porta-aviões Constellation e Lexington, da armada lante. Então, a presença dos vasos de guerra foi prático para as indefectíveis referências da imprensa em tais ocasiões ("o maior do mundo", "o mais veloz", "disponível da tripulação mais adestrada", etc) e despelou na cidade uma marinha de escolas de "divertimento", muito bem recebida e festejada pelos donos de bares e buates e

pelo professor Gustavo Corção. Na oportunidade, a pais através-sava uma crise política. Agora, novamente os "americanos" vêm ao Brasil quando estamos num momento de definição.

Tais "coincidências" não enganam mais ninguém. Representam um velho e já desamoralizado processo imperialista de intimidação, cujo resultado é infalível fracasso. A exibição do poderio militar lante não provocará mais que as costumeiras inovações dos jornais, estupidizados pelas notícias, ou a admiração stupida de um ou outro letrado. Mas registre-se a ameaça — mais uma — de ingerência em decisões internas do País.

FOLHETOS

- LEIAM:
- Conferências dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários — Cr\$ 40,00
 - Programa e Estatutos do Partido Comunista Brasileiro — Cr\$ 15,00
 - Resolução dos Comunistas Sobre a Crise Política e o Governo Jango-Tancredo Neves — Cr\$ 10,00
 - Carta de Alforria do Camponês (em versos) De Rafael de Carvalho — Cr\$ 20,00
- Pedidos pelo Reembolso Postal (mais de 5 exemplares) a:
- Editora Aliança do Brasil Ltda.
Av. Rio Branco 257 — sala 905
Rio de Janeiro — Guanabara

JANGO AOS JORNALISTAS:

Liberdade de Imprensa só Sem Pressão Econômica

O presidente João Goulart enviou à V Conferência Nacional dos Jornalistas, em Recife, a seguinte mensagem: "Ao enviar esta mensagem de saudação à Conferência Nacional de Jornalistas que hoje se instala em Recife, desejo, antes de tudo, congratular-me pela liberdade de que a imprensa desfruta em nosso País. Como Chefe do Estado, nada me é mais grato do que verificar que a imprensa escrita, o rádio e a televisão da nossa Pátria exercem suas atividades num clima democrático, de pleno respeito à sua missão de informar e opinar. "Em todas as manifestações da vida social, a liberdade é uma conquista de todos os dias e, por vezes, difícil e até penosa. A convivência da autoridade com

a liberdade constitui um dos pontos mais significativos da experiência democrática vivida pela civilização ocidental. É justamente essa experiência que temos de consolidar e aprimorar, de tal modo que o direito de manifestar idéias, pensamentos e convicções se exerça em sua plenitude. Mas, é preciso reconhecer que a liberdade, e notadamente a da imprensa, é praticada dentro de um sistema social e econômico no qual essa mesma liberdade pode encontrar limitações e obstáculos intransponíveis. São limitações e obstáculos provenientes, quase sempre, de interesses privilegiados. A pressão desses interesses repressenta, na história social e política dos povos, grave ameaça ao dever da imprensa de informar com ob-

jetividade e de opinar com independência na defesa dos legítimos interesses populares e nacionais. "Defender a liberdade de imprensa impõe o dever de resguardá-la não só das injunções do poder político, como também das pressões do poder econômico. "Um dos bastiões dessa defesa reside exatamente na cultura política e na conduta moral dos jornalistas. É imperioso reconhecer o elevado padrão do jornalista brasileiro e tal padrão não existiria se não repositasse, antes de tudo, na capacidade e na ilustração do elemento humano a seu serviço. "Estou certo que nesse encontro, realizado em Recife, cujos feltos cívicos têm inspirado sempre os ideais de liberdade e de justiça social, os jornalistas brasile-

iros mais uma vez saberão oferecer ao País o testemunho do seu patriotismo e dos elevados propósitos com que se conduzem na labuta dos jornais, tanto do litoral como do interior. "Pelo papel que desempenham, os jornalistas brasileiros merecem tratamento mais condigno e estou seguro de que seus direitos e reivindicações serão objeto de especial atenção, tanto das empresas como do poder público. "Agradeço, por fim, a honra do convite que me foi dirigido para presidir a sessão solene de instalação da Conferência, lamento não me ser possível estar presente, ao mesmo tempo que formulo os votos mais sinceros pelo completo êxito do certame".

NOVOS RUMOS

Diretor: Mário Alves

Diretor Executivo: Orlando Bomfim Júnior

Redator Chefe: Fragon Borges

Gerente: Guttemberg Cavalcanti

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1112 — Tel: 45-7344

Correio: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/905

SEULSAL DE S. PAULO Rua 15 de Novembro, 228 Tel: 55-6153

Endereço telegráfico: "NOVOSRUMOS"

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 500,00

Semestral 250,00

Trimestral 130,00

Número avulso 30,00

Número avariado 10,00

ASSINATURA ÁEREA

Anual Cr\$ 1.500,00

Semestral 900,00

Trimestral 500,00

8,7 andar S/827

Preparar a Greve Geral Para Conquistar a Solução que Interessa ao Povo

O ACÓRDO DA TRAIÇÃO

Texto Integral do Acôrdio de Garantia de Investimentos

Transcrevemos, a seguir, o texto completo do Acôrdio de Garantia de Investimentos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, tal como foi publicado na edição de domingo último da "Luta Democrática". Chamamos a atenção dos nossos leitores para os comentários feitos pelo nosso companheiro José Almeida na "Nota Econômica" desta edição.

M.R.E. — AAE — AAA —
— DPB — DFC 253.31 (2)
1962/ANEXO QUATRO

ATA OFICIAL APROVADA E RELATIVA AO ACÓRDO PARA GARANTIA DE INVESTIMENTOS ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Nos termos das negociações havidas entre representantes do Governo dos Estados Unidos da América e do Governo dos Estados Unidos do Brasil, durante as negociações para o Acôrdio mencionado, fica entendido o que se segue: as recomendações a que se refere o parágrafo 5 do Acôrdio, incluindo reclamações contra o Governo Federal do Brasil, qualquer Estado Brasileiro, qualquer Município Brasileiro ou qualquer outro subalterno da República dos Estados Unidos do Brasil.

Em 13 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e dois.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil:

CONFERE:
a) Datilografia
CONFORME:
a) Segundo-secretário

ACÓRDO PARA GARANTIA DE INVESTIMENTOS ENTRE O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

O Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, de modo a facilitar e aumentar a participação de empresa privada no fomento ao desenvolvimento dos recursos econômicos e das capacidades produtivas do Brasil, por meio da expedição, pelo Go-

vérno dos Estados Unidos da América, de garantias, de investimentos, concordam no seguinte:

1 Os Governos dos Estados Unidos da América e dos Estados Unidos do Brasil, devem, a requerimento de qualquer um deles, consultar-se relativamente a projetos do Brasil com respeito aos quais garantias de investimentos do Governo dos Estados Unidos da América tenham sido ou possam ser expedidas de conformidade com o presente Acôrdio.

2 O Governo dos Estados Unidos da América não deverá expedir garantia de conformidade com o presente Acôrdio relativa a qualquer projeto a menos que tal projeto tenha sido aprovado pelo governo dos Estados Unidos do Brasil para fins de garantia.

3 Se o Governo dos Estados Unidos da América efetuar pagamento a qualquer investidor, de conformidade com uma garantia expedida nos termos do presente Acôrdio, o Governo dos Estados Unidos do Brasil deve reconhecer a transferência ao Governo dos Estados Unidos da América de qualquer moeda, créditos, propriedades ou investimento a cujo custo o pagamento sob tal garantia deva ser feito, e a sucessão do Governo dos Estados Unidos da América a qualquer direito, título, reclamação ou privilégio ou causa que não existisse ou que não existisse em relação ao assunto.

4 Aos montantes da moeda legal brasileira e aos créditos sobre esses montantes adquiridos pelo Governo dos Estados Unidos da América, de acordo com tais garantias, será concedido tratamento não menos favorável do que aquele que é dado aos fundos de nacionais nos Estados Unidos da América decorrentes de atividades de investimento semelhantes àquelas que o investidor tenha exercido, e estes montantes e créditos deverão ser postos livremente à disposição do Governo dos Estados Unidos da América para fins de pagamento de suas despesas no Brasil, sob item 1.

5 Toda reclamação contra o Governo dos Estados Unidos do Brasil, que o Governo dos Estados Unidos da América possa efetuar em consequência de qualquer pagamento sob tal garantia,

deverá ser objeto de negociações diretas entre os dois governos. Se, dentro de um período de tempo razoável, não conseguirem os dois governos aceitar a reclamação por Acôrdio, deverá a mesma ser referida, para determinação final e firme, a um árbitro único. Tal árbitro deverá ser escolhido pelo acordo mútuo ou, se os governos não conseguirem, dentro de um período de 3 (três) meses concordar com esta escolha, deverá um árbitro ser designado pelo presidente da Corte Internacional de Justiça, a requerimento de qualquer dos dois Governos.

6 Aos Investidores, a quem foram dadas garantias, de conformidade com o Acôrdio, contra perdas devidas a guerra, revolução ou insurreição, deverá ser concedido, pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, tratamento não menos favorável que o tratamento mais favorável concedido, em circunstâncias semelhantes, a nacionais do Brasil, ou aos nacionais de qualquer outro país, com relação a qualquer reembolso, compensação, indenização, ou qualquer outro pagamento, inclusive a distribuição de reparações recebidas de países inimigos, que o Governo dos Estados Unidos do Brasil possa efetuar ao pagar em virtude de perda devido a guerra, revolução ou insurreição.

7 Este Acôrdio entrará em vigor na data de sua assinatura pelos dois governos e permanecerá vigente até cento e oitenta (180) dias (a) após a data da comunicação pela qual qualquer dos dois Governos notificar ao outro por escrito sua intenção de terminá-lo; ou (b) se o Congresso brasileiro não o houver aprovado anteriormente, após a data formal de sua rejeição pelo Congresso brasileiro. Em qualquer desses casos, as provisões do Acôrdio permanecerão em pleno vigor e efeito com respeito às garantias assumidas na conformidade deste Acôrdio antes de seu término ou rejeição.

Brasil, agosto de 1962.
Pelo Governo dos Estados Unidos da América: Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil:
Confere:
a) Datilografia
CONFERE:
a) Segundo-secretário

Os acontecimentos da última semana mostram que a crise política em que se encontra o País atingiu a um ponto em que já se torna absolutamente intolerável para as grandes massas do povo brasileiro. Não é mais possível que se prolongue a situação que aí está, nem, muito menos, que os inimigos de nosso povo possam realizar os seus projetos de desferir novos golpes ou — como já fizeram em outras vezes — promover barganha com o interesse dos interesses nacionais e populares. As condições de vida das massas são cada dia piores. A economia do País, espoliado pelos monopólios imperialistas e entregue a voragem de uma inflação avassaladora, agravava-se incessantemente. Enquanto isso grupos políticos insistem obstinadamente em perpetuar uma careciosa estrutura econômico-social, aumentando os tormentos das massas e multiplicando as fortunas de uma minoria privilegiada e parasitária. Sabotam de maneira sistemática as reformas de base reclamadas pela Nação e, para manter-se nas redondezas do Poder, insultam o nosso povo com o suborno e a espantosa orgia de corrupção que esse caracteriza, dando a atual campanha eleitoral.

Os grupos entreguistas e reacionários estão agindo as claras, com a mais revoltante desonestidade. As entrevistas do sr. Carlos Lacerda e outros golpistas menores, como Menezes Cortes, Amaral Neto, Alomar Baleeiro e outros, repisando historicamente a teia do anticomunismo e desafiando em câlido das piores provocações o sr. João Goulart e o Governo Federal, são apelos diretos a mazorca. Tem-se mesmo a impressão de nos encontrarmos não em 1962, mas nos trágicos dias de agosto de 1954, quando o embaixador Kemper e Mr. Johnson preparavam o Clube da Lanterna para o golpe de que resultou o suicídio do presidente Vargas. Lacerda e Herbert Levy chegam inclusive a reproduzir os mes-

mos "argumentos" usados em 54: a "infiltração comunista" em altos postos do Governo, a preparação de uma "república sindicalista", a "corrupção administrativa", etc. Por sua vez, os jornais sustentados pelas tristes lanques entreguistas, a uma delirante "guerra psicológica". Vejam-se, a respeito, as matérias diariamente publicadas pelo "O Globo" ou o "Estado de São Paulo". Ou, melhor ainda, os verdadeiros boletins de operação publicados diariamente pela "Tribuna da Imprensa", o passim de Lacerda. Ainda em sua edição de quarta-feira, dia 5, o antigo órgão do Clube da Lanterna inventa protestos de oficiais contra prestigiosos chefes militares, difunde as mais cínicas mentiras acerca do movimento sindical e chega ao cúmulo de "descobrir" divisões nas fileiras comunistas.

Com a mesma acintosa desonestidade agem os entreguistas na campanha eleitoral: seus candidatos são confisadamente financiados por entidades antinacionais como o IBAD, jornais são comprados (como ficou documentalmente provado em relação a "A Noite") para engrossar o coro anticomunista — numa desbragada orgia financeira que ameaça transformar as eleições numa triste fraude.

As denúncias que, nesse sentido, têm sendo feitas pelo governador Leônidas Britzla reconstituem grave significação. Os reacionários que esbulharam o povo brasileiro ao longo da República, a própria letra da Constituição e o embaçamento do Ato Adicional são os mesmos que hoje atacam a Nação, seja preparando o golpe, seja despoçando rios de cruzeiros — mais propriamente, de dólares — no subúrbio e na compra de consciências.

E O MOMENTO DE RESOLVER

Para as massas, que já não suportam mais sofrimentos e misérias, chegou o momento de dar à crise

política a solução que corresponde aos seus interesses. Até agora, através da violência ou de negociações, os grupos dominantes sempre impuseram ao País soluções contra os interesses nacionais e populares. Agora, as massas já não admitem "soluções" desse tipo. E com elas, todas as forças verdadeiramente nacionalistas e democráticas do Brasil. A fraude institucional que foi a implantação do parlamentarismo sem que o povo fosse ouvido não pode sobreviver; é indispensável que a 7 de outubro se realize o plebiscito, juntamente com as eleições, a fim de que o povo brasileiro decida definitivamente a forma de governo que prefere. Mas — acima de tudo — é indispensável que se constitua um governo que, sem compromissos com o imperialismo e o latifundismo, ponha em prática uma política patriótica, independente, democrática e progressista. As massas não admitem que, em nome de um ser torpedeado, as indispensáveis reformas de estrutura que nos libertem da espantosa situação que realizem logo a reforma agrária, ampliem as franquias democráticas para os trabalhadores e o povo e assegurem, de fato e não em palavras, melhores dias de vida para as massas.

Estamos às vésperas do chamado "esforço concentrado" da Câmara dos Deputados. O povo não poderia permitir, dessa vez, que os parlamentares saiam de Brasília sem que se aprovelem as leis reclamadas por toda a Nação, leis que constituem um conjunto de medidas capazes de sacudir de nossa economia o peso esmagador do FMI, de conter efetivamente o custo de vida, de libertar o fundo dos milhões de camponeses sem terra, de permitir enfim ao povo brasileiro dias menos tormentosos.

Esta é a única maneira justa, para o povo, de ser resolvida a crise dia a dia mais grave em que está mergulhado o País. Os pontos

TUDO DEPENDE DO POVO

Esta é a única maneira justa, para o povo, de ser resolvida a crise dia a dia mais grave em que está mergulhado o País. Os pontos

de vista antinacionalista e antipopular das cúpulas reacionárias, assim como não admitem que, no Brasil, os grupos dominantes, que são os verdadeiros donos do poder.

Este é o momento de resolver a crise no âmbito dos pontos de vista das forças nacionalistas e democráticas e, portanto, a favor unicamente da Nação e do povo. Mas isso depende, antes e acima de tudo, das massas: de que elas se mobilizem em todo o País, de ponha a ponta, nos sindicatos, nas ligas e demais organizações camponesas, nas fábricas, nas entidades estudantis e centros de ensino, nas ruas, nas repartições, em toda parte. Não lhes faltará, sem nenhuma dúvida, o apoio e a solidariedade de todas as forças verdadeiramente nacionais, inclusive de seus irmãos das Forças Armadas, cujo patriotismo e amor a democracia têm sido tantas vezes provados.

Nesses dias que antecedem o "esforço concentrado" e durante esse período de reuniões da Câmara, as massas trabalhadoras sobretudo terão de demonstrar a sua inabalável decisão de conquistar as reivindicações e os direitos que por tanto tempo lhes têm sido negados. O IV Encontro Sindical, recentemente realizado em São Paulo, lançou a palavra-de-ordem: "Mobilizemo-nos para a greve geral a fim de fazer valer os nossos direitos e interesses. A preparação da greve geral e, assim, uma tarefa decisiva dos trabalhadores do campo e da cidade. Já os membros do Comando Geral se dedicam para os Estados para ajudar os seus companheiros de todo o País. Nos sindicatos e locais de trabalho se realizarão assembleias para o debate das resoluções do IV encontro e a tomada de posição. Não há dúvida de que as demais camadas de nosso povo estarão solidárias com os trabalhadores.

Manifestações em nosso como os comícios de quinta-feira no Rio e em Niterói deverão realizar-se também nos demais Estados; e o povo nas ruas para impor aos grupos dominantes que ouçam a sua voz e se curvem às suas legítimas exigências: efetivas reformas de base, plebiscito a 7 de outubro, eleições sem a aflixão dos monopólios e da embaixada dos Estados Unidos, Governo nacionalista e democrático.

Como os fatos demonstram, aproximamo-nos de dias da maior significação para o povo brasileiro. É urgente que todos os brasileiros adquiram perfeita consciência dessa realidade e se mobilizem com firmeza e determinação para a luta pelos seus direitos e interesses — que são os próprios interesses do Brasil, hoje espoliado e oprimido. Quanto mais firmeza e mais determinação revelar o povo maiores serão, naturalmente, os seus triunfos.

NOVOS RUMOS no ar

Pela Rádio Difusora de Duque de Caxias, vem sendo transmitido, aos domingos, às 13.30 hrs. e as segundas, quartas e quintas a partir de 22.30 horas, o programa NOVOS RUMOS NO AR.

um debate franco e atraente com o povo sobre os problemas mais cruciantes que a população enfrenta. A programação é dirigida e orientada pelo jornalista Marco Antônio Coelho.

PROCESSO ESPOLIATIVO É ISTO:

Bond & Share Quer Impingir Ferro Velho Por Cr\$ 80 Bilhões

A primeira vez que o sr. Henry Barry Sergent veio ao Brasil foi quando estava no auge a crise de energia elétrica em Belo Horizonte. O governador Britzla havia acabado de encampar a filial da Bond & Share em Porto Alegre e em Minas providência semelhante estava sendo encaminhada. Por isso, Mr. Sergent desembarcou no Galeão meio dia de atraso, vindo diretamente de um hospital de Nova Iorque. O magnata da Bond & Share não morreu de amores pelo Brasil, mas não hesita em vir até cá quando seu pequeno im-

perio está sob uma ameaça mais aguda. Por isso mesmo, estava evidente a mentira de Mr. Sergent quando, ao saltar no Galeão, no dia 14 do mês passado, declarou que não vinha pela Bond & Share, sendo sua visita "de simples rotina". Não era verdade. O poderoso monopólio lanque veio ultimamente uma proposta de venda dos ferros velhos da sua companhia no Brasil pela bagatela de 80 bilhões de cruzeiros, além do que o governo brasileiro assumiria todos os compromissos da B & S.

A proposta apresentada pela Electric Bond and Share Company (EBASCO) ao

governo federal prevê a transferência à União de todos os serviços públicos de eletricidade e transporte que ainda lhe estão concedidos no Brasil. As negociações estão sendo realizadas no Itamarati, sob o comando direto do embaixador Roberto Campos, assessorado pelo general Carlos Berenhauer, presidente da Comissão Nacional das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), criada pelo decreto 1.106, de 30 de maio último, 1.164, de 8/6/62 e 1.203, de 19/6/62. O general Berenhauer é um homem que tem vivido bem com os trustes da eletricidade.

SEM TOMBAMENTO, NÃO

O decreto 1.164, em seu artigo 1.º, alínea "c", confere à CONESP o encargo de "fixar as normas a serem seguidas no tombamento do patrimônio em vigor". Entretanto, todos os índices são no sentido de que as negociações estão sendo conduzidas no espírito do famigerado Acôrdio Geral de Investimentos, ignorando as leis brasileiras sobre eletricidade e, em particular, a exigência do prévio tombamento físico e contábil dos bens, direitos e obrigações das empresas a serem encampadas segundo o critério do custo histórico. Não sendo levados em conta elementos como o capital investido, o que somente seria possível através do tombamento.

Relativamente às subsidiárias da Bond & Share no Brasil, já foram concluídos tombamentos em Porto Alegre (ato ao qual se seguiu a encampação), Recife e Petropolis (os dois últimos ainda não aprovados) e estão em curso procedimentos análogos em Vitória (a empresa acaba de ser encampada), Salvador, Macacé e Natal.

No caso dos tombamentos já concluídos, ficou provado que aquilo a que tinha direito as concessionárias era infinitamente menos do que o que pretendiam, de acordo com os critérios de avaliação e de cálculo das leis brasileiras. Por isso é que, ignorando a nossa legislação, a Bond & Share vem agora com essa proposta, acobertada pelo governo norte-americano que não poderia, sequer, ser objeto de discussão por parte das autoridades brasileiras.

O QUE PEDE O TRUSTE IANQUE

A proposta feita pela Bond & Share para «entrega» de acordo de suas concessionárias é assim resumida:

PARTE EM DÓLARES:

Valor atribuído	US\$ 154 000 000,00
Empréstimo do BIRD	US\$ 40 000 000,00
	US\$ 194 000 000,00

PARTE EM CRUZEIROS:

Empréstimo do BNDE	CR\$ 40 bilhões
--------------------	-----------------

Dos 154 milhões de dólares do valor atribuído pela empresa imperialista ao seu ferro velho, pretende a Bond & Share que 10% lhe sejam pagos no ato inicial do acordo, ficando o restante para ser entregue em 15 anos.

Passivo e que caberia ao Brasil assumir.

Essa a grave denúncia que fazemos ao povo brasileiro, às forças nacionalistas para que se mobilizem e impeçam que venha a consumir-se tão monstruoso crime contra o Brasil: entregarmos a um monopólio lanque, de mão beijada, dezenas de bilhões de cruzeiros, depois de termos sido explorados e espoliados por esse monopólio durante décadas.

Passivo e que caberia ao Brasil assumir.

Essa a grave denúncia que fazemos ao povo brasileiro, às forças nacionalistas para que se mobilizem e impeçam que venha a consumir-se tão monstruoso crime contra o Brasil: entregarmos a um monopólio lanque, de mão beijada, dezenas de bilhões de cruzeiros, depois de termos sido explorados e espoliados por esse monopólio durante décadas.

Agressão

A histeria agressiva contra Cuba vem se acentuando nos últimos dias nos Estados Unidos. Alguns senadores mais exasperados pedem abertamente uma ação militar contra Cuba. Traduzem o crescente desespero de certos círculos econômicos norte-americanos que perderam suas fontes de super-lucros no país que é o maior produtor de açúcar do mundo.

Neste fim de semana, fazendo cópia com os históricos Kennedy, o presidente Kennedy interveio abertamente nos assuntos internos cubanos, pretendendo apresentar como uma anomalia a existência de armamentos de procedência soviética em Cuba. Que pode haver de estranhável nisso quando Cuba tem sido, desde 1959, alvo predileto de uma campanha descaradamente agressiva por parte dos Estados Unidos?

Quando os Estados Unidos abrigam e armam exilados contra-revolucionários cubanos, cujo objetivo declarado é invadir Cuba? Quando o governo norte-americano presta ajuda militar a esses bandidos, como aconteceu na fracassada tentativa de invasão, em abril do ano passado, de que Playa Giron ficou como um símbolo? Quando há poucos dias utilizando lanchas norte-americanas, a escuridão dos exilados cubanos volta a atacar a costa de Havana?

Ninguém, em boa mente, poderá negar a Cuba ou a qualquer país o direito de autodefesa. É um direito sagrado. Cuba é um país independente e soberano que pode comprar armas a quem queira vendê-las, independentemente de autorização dos Estados Unidos.

dos, dos militantes lanques, ou do Departamento de Estado.

Seu acôrdio, que acaba de ser dado a conhecer com o governo da União Soviética, para prestação de ajuda militar em armas e técnicos, a fim de prevenir uma agressão dos imperialistas, é um acôrdio legítimo, entre países soberanos.

Os Estados Unidos tentaram estrangular economicamente o regime revolucionário cubano. A União Soviética e os demais países socialistas foram em sua ajuda, contando para isto com a simpatia de todos os povos do mundo. Ante a agressão do ano passado e as novas ameaças a Cuba, é perfeitamente natural e lógico que o povo cubano se precavenga para toda e qualquer emergência. Os imperialistas compreenderão assim que não ficarão impunes caso se resolvam a praticar um novo crime: uma nova agressão armada contra Cuba. Ao lado do povo cubano estão não apenas os países socialistas, mas todos os povos que odeiam o imperialismo e a exploração imperialista que sonha ainda em restabelecer seu domínio sobre o primeiro país da América a tornar-se efetivamente livre, independente e soberano.

NÃO PERTENCEM AO MOVIMENTO COMUNISTA

Recebemos a seguinte nota, com pedido de publicação:

"Os comunistas do Estado da Guanabara levam ao conhecimento dos servidores públicos e do povo em geral que os senhores Manoel Corrêa e Paulo Xavier dos Santos, funcionários do DNER, já não fazem parte do movimento comunista, expulsos que foram de suas fileiras em virtude de atividades diversionistas e pelo fato de virem realizando trabalho contra os interesses da classe operária".

Nota Econômica

José Almeida

Acôrdio de Investimentos: instrumento colonizador

O povo brasileiro conhece, a final, o texto do monstruoso Acôrdio de Garantia de Investimentos em curso de negociações entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos e de cuja existência a nação tomou conhecimento pela boca do sr. Teodoro Moscoso, coordenador da "Aliança para o Progresso". Divulgando-o no jornal de sua propriedade, prestou o deputado Tenório Cavalcanti inestimável serviço ao país.

Em outro local desta edição, os nossos leitores encontrarão a íntegra do Acôrdio, tal como foi divulgada. Trata-se, como se vê mesmo a um exame superficial, de um acôrdio colonizador, uma espécie de compromisso entre a colônia e a metrópole pelo qual a primeira assegura a última o "direito" de continuar a oprimi-la e espoliá-la. Como é natural, um documento de tamanha profundidade e amplitude não podia deixar de pretender esmagar brutalmente importantes conquistas do povo brasileiro, começando por constituir flagrante violação da Constituição Brasileira.

O artigo 66 da nossa Constituição, em seu item I, estabelece que "é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados e convenções celebradas com Estados estrangeiros pelo presidente da República". De conformidade com o ponto 7 do texto do Acôrdio, a vigência deste último começará na data de sua assinatura — antes, portanto, do que sobre ele se pronuncie o Congresso Nacional — e irá até 180 dias após a data da comunicação da denúncia por qualquer dos dois governos signatários, ou até 180 dias após sua recusa pelo Congresso Nacional, caso este lhe negue aprovação. Quer dizer: ignora-se para sua aprovação o artigo 66 da Constituição e, ainda na hipótese de que o Congresso se recuse a aprová-lo, ele permanecerá em vigor por 180 dias!

Não é claro, igualmente, o texto do acôrdio quanto às garantias que oferece. Assim, pode-se indagar se ele se refere também aos atos já consumados, mas ainda sub judice, como é o caso das encampações realizadas no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo. Tudo indica que sim, dada a pressa com que está sendo negociado e a tranqüilidade manifestada pelos magnatas da Bond & Share.

O objetivo expresso do acôrdio é "facilitar e aumentar a participação da empresa privada na economia brasileira, isto é, facilitar e aumentar a participação dos monopólios norte-americanos no Brasil. Somente esta declaração bastaria para definir o acôrdio como um instrumento de traição, absolutamente inaceitável para o povo brasileiro.

O pretexto imediato para o acôrdio foi

a encampação de algumas companhias concessionárias de serviços públicos subsidiárias da Bond & Share. Sucede que os atos de encampação foram todos feitos de acordo com as leis brasileiras, rigorosamente dentro dos critérios fixados no nosso Código de Águas, no decreto de 1941 que o regulamentou e em outras disposições legais em vigor. Pelo Acôrdio, essas leis seriam simplesmente revogadas. Em vez delas — que representam importantes conquistas do povo brasileiro — passaríamos a reger outros critérios e até mesmo as decisões finais se deslocariam do âmbito da justiça brasileira, da soberania nacional, para um fóro internacional (ponto 5). É espantoso como numa época em que os grilhões colonizadores estão sendo feitos em pedaços em todo mundo, autoridades brasileiras, como os sr. João Goulart, Roberto Campos, Miguel Calmon, Afonso Arinos ainda admitem a possibilidade de cogitar sequer de semelhante acôrdio.

O acôrdio com que se pretende agora arrolhar o Brasil é uma espécie de complemento à "Aliança para o Progresso" e, ao mesmo tempo, dá uma medida da "generosidade" e dos reais objetivos desse programa imperialista. Al está a "ajuda" lanque, al está o "desinteresse" lanque, al está o propósito lanque de "dar a mão aos povos irmãos" da América Latina.

Entretanto, são tantas e tais as graves consequências implícitas em acôrdios como esse que os primeiros a criticá-los são os próprios norte-americanos... Assim, o famoso colunista Marquis Childs, do Saint Louis Dispatch, escrevia, a propósito, na edição de 20 de julho último: "Um inquérito sério e penetrante sobre o efeito dos grupos de pressão (entenda-se: monopólios e trustes) em matéria de política exterior seria da maior utilidade". E em seguida: "Isso (refere-se o jornalista às garantias contra desapropriação) dará também aos investidores norte-americanos em países estrangeiros uma espécie de poder de veto sobre aquele auxílio e, de certo modo sobre toda a política exterior". Mais contundente é o comentário de Dan Kurzman, publicado no Washington Post de 17 de julho último, ao afirmar que isso "permitirá a qualquer companhia norte-americana prejudicar deliberadamente as relações entre os Estados Unidos e um país amigo, ao exigir compensação exagerada, ou mesmo procedendo de tal maneira que obrigue determinado governo estrangeiro a desapropriá-la".

Será preciso acrescentar algo para mostrar que um acôrdio como esse é Garantia de Investimentos é um instrumento de traição nacional?

Feijoadada a Marco Antônio

Domingo, dia 9, os moradores da Barra da Tijuca homenagearão o jornalista Marco Antônio Coelho com uma feijoada amiga, a iniciar-se às 11 horas, Centenas de trabalhadores res-

dentes nas cercanias comparecerão à homenagem ao conhecido homem de imprensa. A festa terá lugar na Estrada da Barra da Tijuca, número 57.

Dimitrov: Lutador Comunista, Herói Nacional da Bulgária

Esta página é dedicada a Jorge Dimitrov, o grande combatente do movimento operário e comunista mundial, cujo 80 aniversário de nascimento é comemorado neste ano por todos os comunistas do mundo inteiro. As matérias desta página assinalam aspectos diversos da luta de Dimitrov e da sua atividade como dirigente e teórico do movimento comunista.

«No processo de Leipzig ele se encontrava como que trancado na jaula dos tigres. É impossível ler sem comoção tudo que Dimitrov disse naquela ocasião. Comportou-se de tal maneira que o acusado não parecia ser ele, mas Goebbels, Goering e Hitler... Desafiando a morte, processava os seus inimigos, os inimigos da classe operária, os inimigos da humanidade progressista — com essas palavras, Kruschiov recordava recentemente, numa manifestação dedicada à amizade entre a juventude soviética e cubana, a figura do camarada Jorge Dimitrov. Homenageava não só o grande líder da Bulgária moderna, cuja luta de libertação dirigira e levou a cabo, mas também — e principalmente — o militante revolucionário de importância mundial, o dirigente da Internacional Comunista, o combatente entre os mais corajosos do antifascismo europeu que em 1933 enfrentara o nazismo, lançado da própria Alemanha hitlerista, onde era processado pelo «incêndio do Reichstag», o dramático apelo aos povos europeus para que compreendessem a natureza do fascismo e se levantassem contra ele.

Jorge Dimitrov representava efetivamente toda a velha geração de militantes comunistas que foram capazes de tirar o movimento socialista das incertezas e das ambiguidades utópicas e reformistas para orientá-lo no caminho da construção tangível de novas sociedades. Travou sua luta no decorrer de acontecimentos excepcionais: o assalto fascista à Itália, à Alemanha e uma série de outras nações grandes e pequenas (entre as quais a própria Bulgária de Dimitrov), a agressão contra a Espanha, a catástrofe da guerra; até à organização da Resistência europeia e à vitória das forças socialistas. Eis porque se pode dizer que a vida de Dimitrov se confunde com todos os maiores acontecimentos europeus dos primeiros cinquenta anos de nosso século.

CAMPEÃO DO ANTIFASCISMO

A vida política de Dimitrov é marcada pelo vigor de sua luta contra o fascismo. No VII Congresso do Comitê Central, em 1936, lança a palavra de ordem: «Frente única proletária, frente popular antifascista contra a ditadura e a guerra». Também a sua Bulgária caiu sob a tirania fascista com o golpe de Estado de 1934 e se preparava para ingressar no Eixo e participar da loucura guerreira dos novos bárbaros.

Um momento inigualável na vida de Jorge Dimitrov foi aquele que o viu

reú diante dos juizes nazistas, no processo de Leipzig (1933), acusado de ter participado da «conspiração bolchevique contra a Alemanha» e de ter organizado o incêndio do Reichstag. Em 27 de fevereiro de 1933 os nazistas, que há meses estão a procura de um pretexto para dissolver as organizações operárias e eliminar fisicamente os seus dirigentes, incendiaram o Palácio de Cristal, sede do Reichstag. Os comunistas são acusados do incêndio. É o motivo para colocar o Partido Comunista Alemão na ilegalidade. Sucessivamente, são declarados ilegais também os social-democratas, os católicos, os democratas e os liberais. A justiça alemã é encarregada de montar um processo sensacional sobre a destruição da sede do «Parlamento do Terceiro Reich». Sentam-se no banco dos acusados «os membros do comunismo internacional». Jorge Dimitrov, preso na Alemanha, é o principal acusado.

Entretanto, o processo se desenvolve de modo inesperado, bastante diferente daquele que os nazistas esperavam. 82 jornalistas estrangeiros e 12 alemães estão presentes. A imprensa internacional, de acordo com a orientação dos diversos jornais, insulta e faz provocações de acordo com os acusadores hitleristas ou então mobiliza-se em torno de uma vasta campanha de solidariedade a Jorge Dimitrov e de denúncia dos sistemas nazistas. O processo de Leipzig desperta a atenção de todo mundo.

Goebbels e Goering se apresentam diante da corte como grandes acusadores do comunismo. Dimitrov desmascara-os, prova que o Reichstag foi incendiado pelos nazistas, documenta o caráter democrático e popular — e não terrorista — da luta dos comunistas contra o fascismo. Numa série de intervenções, Dimitrov examina o caráter de classe do fascismo, prevê os movimentos sucessivos que levarão a Europa à catástrofe e à guerra.

Os juizes, diante dos olhares do mundo voltados para Leipzig, não têm outra alternativa que absolver os comunistas. Jorge Dimitrov permanece na prisão mais algum tempo. Entretanto, em seguida a uma grande campanha internacional de solidariedade aos acusados, em 27 de fevereiro de 1934 é libertado e expulso do território alemão. Dimitrov embarca para Moscou.

Na capital soviética, Dimitrov é investido no cargo de secretário da Internacional Comunista (1935). É dessa época o seu célebre discurso de análise do fascismo e sobre a necessidade da unidade operária e popular.

ORGANIZADOR DA RESISTÊNCIA

Dimitrov foi o organizador e dirigente da resistência do povo búlgaro contra os ocupantes nazistas. Inspirou a criação da Frente Patriótica que dirigiu as lutas pela formação do novo Estado búlgaro, democrático e popular. Depois da vitória, em 1945, foi eleito deputado e chefe do governo da Bulgária, posto que ocupou até o dia 2 de julho de 1949, quando faleceu em Moscou.

Dimitrov deixou numerosos documentos políticos, entre os quais são mais importantes os discursos pronunciados na Internacional.

«O advento do fascismo — disse num

dos seus discursos — não é uma substituição normal de um governo burguês por outro, mas é a modificação de uma forma estatal do domínio de classe da burguesia — a democracia burguesa — por uma outra, a ditadura terrorista aberta, se bem que mascarada por uma democracia social e nacional.»

«Mas, a vitória do fascismo não é inevitável. É difícil encontrar na história política do pós-guerra um outro período no qual os interesses da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia, ... no qual os interesses da cultura e da ciência, os interesses da paz e da democracia estejam tão de acordo que possibilitem a unificação contra o pior inimigo da humanidade: o fascismo.»



Dimitrov E as Questões Da Frente Única

De 1934 até 1943 Jorge Dimitrov foi secretário da Comissão Executiva da Internacional Comunista. Além de outros méritos, resalta na sua atuação à frente da IC a grande contribuição que proporcionou ao movimento operário e comunista internacional, especialmente europeu, à luta contra o fascismo.

Seu relatório ao 7º Congresso da Internacional, realizado em Moscou em 1935, intitulado «O avanço do fascismo e os tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo» é o ponto alto que marcou a integração de todos os setores antifascistas numa ampla frente única de luta contra o inimigo comum. O documento abaixo, até há pouco tempo inédito, registra as anotações de Dimitrov para a discussão de temas relacionados com o relatório por ele lido perante o Congresso da IC. São as opiniões pessoais do grande dirigente búlgaro sobre algumas questões relacionadas com a frente única, a luta contra o fascismo e a política dos comunistas em relação aos seus aliados nessa luta.

O DOCUMENTO

Percebe-se, do rascunho do esquema de relatório, como e qual deveria ser, na minha opinião, o caráter do informe sobre o segundo ponto da ordem-do-dia do Congresso.

Ademais, eu queria, ainda, apresentar as seguintes questões para serem discutidas na próxima reunião com os camaradas:

I — SOBRE A SOCIAL-DEMOCRACIA

1) É justo ou não a qualificação sumária da social-democracia como social-fascismo? Adotando essa posição, muitas vezes tivemos barrado o caminho para uma reaproximação com os operários social-democratas.

2) É justo considerar a social-democracia, em toda parte e em todas as condições, o principal sustentáculo social da burguesia?

3) É justo considerar todos os grupos social-democratas de esquerda o perigo principal?

4) É justo ou não a definição sumária de todos os quadros dirigentes dos partidos social-democratas e dos sindicatos reformistas como traidores conscientes da classe operária? Deve-se de fato levar em conta que, no curso da luta revolucionária, junto com os operários social-democratas, não poucos dos atuais funcionários responsáveis dos partidos social-democratas e dos sindicatos reformistas enveredaram por um caminho revolucionário; é do nosso interesse facilitar de todas as formas essa passagem, acalorando assim também a passagem dos operários social-democratas para o nosso Partido.

5) Não terá talvez chegado o tempo de abandonar os nossos discursos sobre a possibilidade ou a impossibilidade da conquista dos sindicatos reformistas e de colocar, em vez disso, claramente, perante os seus militantes, a tarefa de transformar esses sindicatos numa arma da luta de classe do proletariado?

6) A questão da unificação dos sindicatos revolucionários e reformistas, sem levantar, como condição preliminar, o problema do reconhecimento da hegemonia dos partidos comunistas.

II — SOBRE A FRENTE ÚNICA

1) Necessidade de modificar também, de acordo com a nossa situação, a nossa tática de frente única. Em vez de compreendê-la unicamente como uma manobra para derrotar a social-democracia sem levar a efeito sérias tentativas para a criação de uma unidade efetiva dos operários na luta, nós devemos transformá-la em fator real do desenvolvimento da luta de massas contra o avanço do fascismo.

2) É necessário abandonar a posição segundo a qual é possível dar vida à frente única somente a partir de baixo, assim como é preciso deixar de considerar oportunismo toda orientação voltada ao mesmo tempo para contatos com os órgãos dirigentes do partido social-democrático.

3) Necessidade de desenvolver a iniciativa combativa das massas, sem a tutela pedante dos partidos comunistas em relação aos órgãos da frente única, não tagarelar sobre a hegemonia dos partidos comunistas, mas realizar através de atos a função dirigente dos partidos comunistas.

4) Necessidade de modificar radicalmente o nosso comportamento em relação aos trabalhadores social-democratas e sem-partido em todo o nosso trabalho de massas, de agitação e de propaganda. É necessário não limitar-se a afirmações gerais sobre a traição da social-democracia, mas, concretamente, pacientemente, com argumentos na mão, explicar aos operários para onde conduzir e para onde já conduziu a política social-democrática de colaboração com a burguesia. Não lançar tudo sobre as costas dos dirigentes social-democratas, mas apontar também a responsabilidade dos próprios operários social-democratas levando-os a meditar sobre a sua própria responsabilidade e a procurar o justo caminho de luta, etc.

III — SOBRE A DIREÇÃO DO KOMINTERN

É necessário modificar os métodos de trabalho e de direção do Komintern, levando em conta que não é possível dirigir de Moscou, operativamente, para todas as questões, todas as 65 sessões do Komintern que atuam nas mais diversas condições (partidos nos territórios metropolitanos e nas colônias, partidos de países industriais altamente desenvolvidos e de países predominantemente camponeses, partidos legais e não legais, etc.).

É necessário concentrar a atenção sobre a direção política geral do movimento comunista, sobre a ajuda aos partidos comunistas nas questões políticas e táticas fundamentais, sobre a criação de uma direção bolchevique estável dos partidos comunistas no local e sobre o reforçamento dos partidos comunistas com funcionários, à base de uma redução do pesado aparelho burocrático do Comitê Executivo da Internacional Comunista.

É necessário um ulterior desenvolvimento da autocrítica bolchevique, por meio da qual às vezes ficam sem ser esclarecidos grandes problemas políticos (questão da atual etapa da crise e da chamada conjuntura bélica inflacionária, opinião e ensinamentos decorrentes dos acontecimentos austríacos, etc.).

É impossível realizar uma modificação nos métodos de direção e de trabalho do Komintern sem resolver em parte o quadro de funcionários.

Particularmente, é necessário um contato estreito da direção do Komintern com o Biro Político do Partido Comunista (bolchevique) da URSS.

Um Revolucionário Diante do Tribunal Nazista

No dia 25 de setembro de 1933, perante o tribunal de Leipzig que julgava, juntamente com outros camaradas, como autor do incêndio do Reichstag, em Berlim, Jorge Dimitrov pronunciou um discurso (o primeiro perante a corte nazista) que chamou definitivamente a atenção do mundo para a natureza do processo que se realizava, para os objetivos a que se

propunham os inimigos do povo alemão com aquela farsa. Desses discursos são os apontamentos abaixo transcritos, um sucinto relato dos primeiros anos de luta do grande revolucionário búlgaro.

Nasci em 18 de junho de 1882, em Radomir, Sofia. Abandonei a escola depois de terminar o sexto grau. Até 1904 trabalhei como tipógrafo.

Sou filho da classe operária da Bulgária. Cresci e eduquei nas fileiras do movimento operário revolucionário (atuo nesse movimento desde os quinze anos).

Há 23 anos sou membro do Comitê Central do PC da Bulgária. De 1904 a 1923 fui secretário da União Sindical Geral. De 1913 a 1923 fui deputado do Partido por Sofia, no Parlamento da Bulgária. Fui também representante do Partido na Circunscrição de Sofia e no conselho de distrito de Sofia. Ao mesmo tempo, atuei também como agitador e jornalista por encargo do Partido.

9 de junho de 1923. Golpe militar. Derrubada do governo Stramboliski pelos oficiais e terroristas macedônios, protegidos pelo rei, pela social-democracia e contando com apoio estrangeiro. Milhares e milhares de camponeses operários e intelectuais assassinados. Stramboliski, assassinado. Os partidos mais fortes — União Agrária Popular e Comunista — dissolvidos.

Supressão de todos os direitos e liberdades das massas do povo. Implantação de um regime militar fascista. Indignação enorme. O levante das massas do povo é inevitável.

23 de setembro. Levante dos operários e camponeses sob a direção do PC contra os carrascos do povo e usurpadores do poder, por um Governo Operário e Camponês.

Particpei ativamente e como dirigente da luta, como homem do meu Partido. Depois de uma semana de lutas armadas, o movimento foi esmagado. Juntamente com uns dois mil companheiros de armas, atravesssei, sem cessar um instante a luta, a fronteira iugoslava.

All. fomos tratados inicialmente como presos políticos, e depois como emigrados políticos. Desde então — há justamente 10 anos — vivo no estrangeiro como emigrado e escritor político; sem registrar-me como

estrangeiro e com um nome falso, porque meus inimigos políticos continuaram ameaçando matar-me. Alguns meses depois do levante de setembro, fui condenado a morte e revolta como a imprensa anunciou, jamais fui informado pessoalmente da sentença.

Estou orgulhoso daquela luta! A única coisa que lamento é que eu e meu Partido não éramos então ainda verdadeiros bolcheviques. Por isso não soube organizar e conduzir com exatidão esse histórico levante popular com o proletariado a frente.

Nossa organização política e tática insuficientemente bolcheviques, a falta de experiência revolucionária e especialmente a nossa posição oportunista, desmotivada, neutra, diante do golpe militar fascista foram fatores que contribuíram muito para que os assassinos e carrascos do povo búlgaro, os usurpadores do poder esmagassem o levante das massas.

Em outubro de 1923, parti para Viena.

Apoio para meus companheiros de luta, que sofriram na Iugoslávia. Campanha em defesa dos irmãos de classe perseguidos e selvagemmente assassinados na Bulgária. Em Viena fui diretor e redator do órgão do Partido «Diário Operário» durante três meses. Escrevi dois folhetos denunciando o terror sangrento na Bulgária, publicados em búlgaro, alemão e inglês.

Na primavera de 1924 fui a Moscou, onde permaneci até 1926 como emigrado político e escritor político.

No outono de 1929, fui para Berlim...

Viagens a Moscou, Viena, Amsterdam e Paris... Em 1932 regresssei a Berlim para organizar pessoalmente a campanha pró-anistia (movimento em prol da libertação dos trabalhadores búlgaros vítimas do regime fascista naquele país — N. R.).

Jamais me misturei na política alemã. Não tive ne-

nhum contato com o PCA. Isso não era necessário para o meu trabalho. Mas, digo francamente, se tivesse necessitado desse contato para o meu trabalho, teria estabelecido imediatamente relações com o Partido Comunista Alemão.

É certo que sou um bolchevique, um revolucionário proletário. Tenho que acentuar revolucionário proletário porque agora vivemos dias de tal confusão que até o príncipe herdeiro alemão se proclama revolucionário...

É certo também que como membro do Comitê Central do P. C. Búlgaro e membro da Executiva da Internacional Comunista, sou um comunista responsável e dirigente.

Disponho-me, com muita satisfação, a assumir inteira responsabilidade por todas as resoluções, documentos e ações de meu Partido búlgaro e da I. C., mas precisamente por isso que não sou nenhum aventureiro terrorista, nenhum putchista, nem nenhum incendiário!

Também é inteiramente certo que eu advogo a causa da revolução proletária e da ditadura do proletariado. Estou firmemente convencido de que essa é a única solução e salvação para a crise econômica e a catástrofe da guerra do capitalismo.

E a luta pela ditadura do proletariado e pela vitória do Comunismo é indubitavelmente o sentido da minha vida. Desejaria viver pelo menos 20 anos mais pelo Comunismo e depois morrer tranquilo. É precisamente por isso que sou adversário decidido dos métodos de terror individual e do putchismo e não por considerações sentimentais e humanistas.

De acordo com a nossa doutrina leninista e com as resoluções e a disciplina da I. C., que são para mim e para todo o verdadeiro comunista a lei suprema, sou contrário ao terror individual e às aventuras golpistas do ponto de vista da

conveniência revolucionária. No próprio interesse da revolução proletária e do Comunismo.

Sou efetivamente um partidário entusiasta e admirador do Partido Comunista da União Soviética porque este Partido governa o maior país do mundo, uma sexta parte da Terra, e constrói tão heróica e vitoriosamente o socialismo.

Mas, jamais fui um enviado do Partido Comunista da União Soviética na Alemanha, como pretende demonstrar a ata de acusação. Minha única ação ilegal na Alemanha consiste em que vivi sem registrar-me na polícia e com um nome falso.

Mes, desgrazadamente, não podia viver de outro modo! Não tenho nada que ver com o incêndio do Reichstag, direto ou indiretamente. Vi Van der Lubbe, o incendiário do Reichstag, pela primeira vez, nesta sala. Quando em 28 de fevereiro pela manhã, no trem de Munich a Berlim, li nos jornais a notícia sobre o incêndio do Reichstag, calculei imediatamente que os autores desse crime eram infames provocadores ou gente cerebral e politicamente desequilibrada, em qualquer caso inimigos do proletariado alemão e do Comunismo. Agora inclino-me mais a crer que o incêndio do Reichstag — essa empresa anti-comunista — foi produto de um pacto entre a provocação política e a loucura política.

É quase impossível infligir uma ofensa mais irritante à minha honra revolucionária, política e pessoal do que a suspeita e a acusação de ter participado desse crime contra o povo e o Comunismo. O que me consolou e me consola, é que meus irmãos de luta búlgaros, os irmãos de classe no estrangeiro, os proletários revolucionários na Alemanha e todos os que me conhecem de um modo ou de outro não duvidarão um só instante de minha inocência...

25 de setembro de 1933».



Depois do processo

Dimitrov, depois do processo de Leipzig, embarcou para Moscou, onde foi assumir o encargo de secretário da Internacional Comunista. O grande líder da revolução socialista, ressaltou em sua obra, Paralelismo, a qual não via há muitos anos. A foto é de Dimitrov com sua mãe.

140º ANIVERSÁRIO DO 7 DE SETEMBRO

A Independência do Brasil: Uma Conquista Das Lutas do Povo Brasileiro

Ainda hoje, muito jovem brasileiro aprende nas escolas que a independência do Brasil foi uma dádiva do príncipe-regente que depois seria o imperador Pedro I. A independência, nos compêndios de história, está simbolizada no grito do Ipiranga e não nas lutas do povo. Ao contrário, os compêndios de história — mesmo os de historiadores respeitáveis, de muitos volumes — ocultam as lutas populares pela independência do Brasil. Por que as ocultam? Porque as classes dominantes temem as lutas populares em geral, alarmam-se com a participação do povo nas ações decisivas para os seus destinos.

NOVOS RUMOS, jornal dos trabalhadores e do povo, presta homenagem à data oficial da independência do Brasil — o 7 de Setembro — lembrando aqui as principais lutas que antecederam o rompimento dos laços políticos com Portugal. É uma homenagem aos verdadeiros combatentes da independência, aqueles que souberam traduzir os mais sentidos anseios e as mais nobres aspirações do povo brasileiro. Os documentos a que nos reportamos aqui são divulgados de há muito, mas os historiadores oficiais os desprezam. Nas cartas do Príncipe Regente querem ver apenas "astúcia" de quem

pretende enganar Lisboa, quando se pretendia enganar o Brasil, o povo brasileiro.

Não vamos negar a enorme importância histórica que teve a ruptura da dependência política entre o Brasil e Portugal. Mas é necessário reconhecer-se e ensinar, como uma lição para a atualidade, que a independência foi incompleta, uma vez que a dependência econômica foi mantida.

De colônia de Portugal, então em fase de decadência, passamos a semicolônia da Inglaterra, com a qual passamos a fazer o grosso do nosso comércio e a cujos banqueiros começamos a empilhar riquezas e recursos nacionais. Em 1825, três anos apenas depois da independência, contratamos em Londres um enorme empréstimo de 3 milhões de libras esterlinas, que constituiria o primeiro grande elo da cadeia de empréstimos que ia nos amarrar cada vez mais à finança internacional. Os Rothschild passavam a controlar a vida econômica do Brasil, impondo-nos condições onerosas e humilhantes, pelas quais empenhávamos o nosso próprio futuro e sacrificávamos o nosso povo. Apenas um punhado de comparsas dos banqueiros acumulava fortunas à custa da agiotagem internacional.

Essa situação de dependência em relação à Inglaterra só se modificaria a partir deste século, já na década de 30, quando os banqueiros e financeiras inglesas são substituídos pelos norte-americanos. Nem durante os séculos de colonização portuguesa, nem sob os empréstimos leoninos da City, em nenhuma outra época foi tão grande a pilhagem de nossas riquezas e recursos como hoje pela finança internacional. Em 1822 éramos 4 milhões de habitantes a serem extorquidos; em 1930, pouco mais de 30 milhões; hoje somos bem mais de 70 milhões! Considerável parcela do produto do trabalho do povo brasileiro é exportada hoje para Wall Street, a sede dos magnatas norte-americanos que pilham o nosso País, que o dessangram, que dilapidam as nossas riquezas naturais, roubam o fruto de nossa força de trabalho.

A nossa luta pela independência não terminou, longe disso. A nossa independência econômica está por ser conquistada. Há uma consciência nacional disso e da necessidade de lutarmos por ela com todos os nossos esforços. Este é o penhor da sua conquista.

AS PRIMEIRAS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA

Depois da Inconfidência Mineira a metrópole portuguesa empunha todos os seus recursos para manter o Brasil preso aos interesses dos colonizadores. Suas riquezas continuavam a ser exportadas para a Europa, iam alimentar o luxo e a ociosidade da nobreza lusitana e parcela considerável era reexportada para a Inglaterra. O sacrifício de Tiradentes e seus companheiros não fora vão. Menos de um decênio depois a sublevação delimita-se na Bahia. Certa manhã, pelas ruas da Cidade do Salvador aparecem escritos pregados às portas e dirigidos "Ao povo. Era o ano de 1798. Esses escritos reclamavam medidas para o progresso do comércio do cacau, tabaco e pau-brasil e todos os mais gêneros de negócios e mais viveres... Aquil virão todos os (navios estrangeiros, tendo porto aberto)."

Francesa e da Independência americana andavam no ar. República significava então liberdade, independência nacional.

O movimento armado que rebenta no Recife a 6 de março de 1817 tem cunho eminentemente independentista, embora regionalmente limitado. Exigia-se a expulsão dos colonizadores, reclamava-se a nacionalização do comércio, que se encontrava nas mãos dos estrangeiros. Denunciava-se a asfixia dos impostos. Reivindicava-se liberdade política e liberdade econômica.

A 10 de março é proclamada a República em Pernambuco. O movimento se irradia rapidamente à Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte. São enviados pelos revolucionários emissários ao Ceará e à Bahia. No Crato, com o apoio do povo, José Martiniano de Alencar proclama a República.

A Junta governativa instaurada no Recife melhora os serviços públicos, suprime impostos que pesavam sobre o comércio, toma medidas de defesa contra os colonizadores. Mil escravos são declarados livres e armados. Formam-se batalhões patrióticos.

Mas havia vacilações da parte dos próprios revolucionários. A massa do povo não se reconhecia mais direitos do que os já existentes. A escravidão como instituição permanecia intacta.

O resultado é que quando as forças dos colonizadores atacam os insurretos, estes se dispersam em grupos de guerrilhas, mas efêmeros, porquanto não tinham profundas raízes no povo. E são facilmente esmagados.

Os chefes do movimento de 1817 no Nordeste — Barros Lima, o «Leão Coroado», Teotônio Jorge, Domingos José Martins, o padre Roma, o padre Miguelinho — são levados à força ou fuzilados pelas autoridades coloniais. Os participantes da insurreição foram perseguidos e supliciados.

Mas o sangue generoso desses bravos — o primeiro que se derrama em luta franca de brasileiros, a quem se dá a independência e a liberdade —, contra os opressores estrangeiros, fecundaria o terreno das batalhas, que jamais cessariam, pela independência nacional.

Tais incitações à independência, nascida do seio do povo, incorriam em crimes de lesa-majestade e em pena de morte. A Conjuração dos Alfalates, de fundo eminentemente popular, envolvendo jovens artesãos e soldados, punhando pela República, «por um governo democrático, livre e independente», era um brado de autonomia nacional, de consciência de nacionalidade. Nela sacrificam-se muitas vidas preciosas.

Em 1817 que a vaga da independência rebenta mais alta, alastrando-se pelo Nordeste. As agitações nativistas vinham de longa data. O esmagamento a ferro e fogo, pelos colonizadores, da Inconfidência Mineira, a execução pública de Tiradentes, a deportação dos mais proeminentes conjurados para a África, as perseguições subsequentes aos patriotas que anelavam a liberdade — nada disso impediu que o povo brasileiro continuasse lutando pela emancipação nacional.

Havia razões de sobre para isso. Já em 1815 as Câmaras haviam dirigido uma representação ao príncipe regente contra a opressão que o povo suportava. O comércio continuava sob o estrito controle dos colonizadores europeus. Aumentavam dia a dia os impostos. Escasseavam os gêneros. Não existiam liberdades políticas.

As idéias da Revolução

A revolta do pulso contra os ferros

Ainda depois do 7 de setembro, foi necessária a intervenção do povo para consolidar a independência política. A iniciativa do príncipe regente e seus acompanhantes proclamando a separação formal do Brasil da metrópole portuguesa tivera como objetivo antecipar-se à radicalização das lutas populares. O modo ao povo era evidente. Tornar-se impossível manter a condição colonial do Brasil. Qualquer tentativa com este objetivo só contribuiria para maior unidade e coesão das diversas forças que se batiam pela independência. E estas forças se revelavam invencíveis.

Somente em pontos isolados do território nacional os colonizadores pegaram em armas para manter-se a todo preço. Fazem-se fortes sobretudo na Bahia, uma das províncias mais ricas, antiga sede do governo colonial. As forças patrióticas saem ao seu encontro nas cercanias da Cidade do Salvador. Em Cabrito e Pirajá trava-se a batalha decisiva, no dia 2 de julho de 1823. Um poeta revolucionário popular (Castro Alves), jovem de 20 anos, cantaria mais tarde o lance épico:

Não! não eram dois povos (que abalavam Naquele instante o solo [ensanguentado... Era o porvir — em frente [do passado, A liberdade — em frente [à escravidão. Era a luta das águilas — e [do abutre, A revolta do pulso — contra [os ferros, O pugilato da razão — com [os erros, O duelo da treva — e do [clarão!...

O príncipe e a viajante inglesa

Em 1821 a luta está novamente aberta. O Príncipe Regente, que depois seria apresentado pela história oficial e pelos falsadores da história como o arauto da independência do Brasil, escrevia a 1 de outubro daquele ano — quase um ano portanto, antes do 7 de setembro — a seu pai, o soberano português, João VI: «A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguiu, nem conseguirá, porque a minha honra e a deia e maior que todo o Brasil; queiram-me e dizem que me querem aclamar imperador; protesto a vossa majestade que nunca serei perjuro; que nunca lhe serei falso, e que eles (os brasileiros) farão essa loucura depois de eu e de todos os portugueses estarem feitos em postas; é o que juro a vossa majestade, escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras: «Juro sempre ser fiel a vossa majestade, à nação e à constituição portuguesa».

Esta parte do Brasil nunca mais se submetera ao jugo de Portugal».

Esta convicção lhe era dada pelas lutas populares que assistia, pelo estado de ânimo observado entre o povo, sua inabalável determinação de conquistar a independência para seu país.

REVOLTA LAVRA NO NORDESTE

Um dos mais valiosos testemunhos da revolta que àquela época já lavrava novamente entre os brasileiros contra o jugo estrangeiro, vamos encontrar numa viajante inglesa que se encontrava então em Pernambuco, Maria Graham. Em seu Diário de uma viagem ao Brasil (1821/1823) Maria Graham, escrevendo poucos dias antes daquela carta do príncipe regente, a 22 de setembro de 1821, salientava «a disposição para a revolução que existia há muito em toda a parte no Brasil». Tanto assim que o governo inglês, bem informado, havia mandado um navio às costas brasileiras, numa evidente tentativa de salvaguardar os interesses ingleses no Brasil.

AGITACAO NA BAHIA

A Bahia não estava menos empolgada pelas idéias emancipacionistas que impulsionavam a luta em Pernambuco. Maria Graham anota a 17 de outubro de 1821, ao chegar a Salvador: «Não haverá provavelmente progresso até que se defina a situação política do Brasil. Encontramos as coisas aqui, ainda que não tão desassossegadas como em Pernambuco, contudo tendendo para o mesmo caminho».

O governo local estava aparentemente em pânico. A viajante inglesa e seus companheiros não conseguem entrar em vários edifícios públicos, cujas portas estavam vedadas a estranhos. As tropas tinham sido reforçadas consideravelmente. Consigna que existe uma disputa «em que tomam parte realistas e independentes e todos os dias esperam-se hostilidades» (21 de outubro de 1821). Encontra na Bahia gente que lê assuntos políticos, «a maior parte discípula de Voltaire e excede-se nas doutrinas sobre política e igualmente em desrespeito à religião».

A propósito da Junta Provisória estabelecida no Rio de Janeiro, então desfalca de alguns membros, observa Maria Graham: «O partido que se opõe a esta junta fala claramente em independência... O governo da Bahia fizera numerosas prisões e prenunciava-se «a guerra civil em tempo não distante» (4 de novembro de 21). A 13 registra «escaramuça entre portugueses e brasileiros».

CHOQUES NO RIO

Na carta datada do Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1821, o Príncipe Regente Pedro de Alcântara relata indignado a seu pai: «Neste momento recebi uma fatal notícia, dada por um brigue americano, de que a vila de Golana, em Pernambuco, se tinha sublevado...»

No Rio, Maria Graham encontrou, em dezembro de 21, um ambiente de extrema exaltação entre o povo e parte da tropa em favor da Independência. «Aqui e ali (...) estacionava um orador com seu grupo de ouvintes, atentos às discussões políticas e arengas patrióticas...»

O príncipe fora obrigado a mudar sua atitude, antes hostil à independência. Em janeiro de 1822, partem as tropas dos colonizadores para Lisboa. No dia 12 anota Maria Graham: «Ao voltarmos para o navio fomos detidos por algum tempo no Largo do Paço por uma grande massa de povo reunida para assistir à entrada da primeira guarda brasileira no Palácio... Os habitantes em geral (...) estão bem satisfeitos por ver as tropas de Lisboa despedidas, porque por muito tempo foram tirânicas e brutais com os estrangeiros, com os negros e não raramente com os próprios brasileiros...»

Em fevereiro de 1822, Maria Graham escreve em seu Diário: «Acho mais provável que os brasileiros estejam desconfiados de nós por causa de nossa longa aliança com Portugal».

Em fevereiro volta à Bahia. A 1 de outubro de 1821 é peremptória: «Delatamos Pernambuco com a firme convicção de que pelo menos

«... Ficando eu, êle persistiria unido a Portugal»

A medida que as lutas populares pela independência do Brasil crescem e se estendem a várias províncias, o Príncipe Regente muda de tática. Suas cartas para a Corte em Lisboa já denotam o desejo de ficar no Brasil como o último recurso para manter aqui a dominação portuguesa. Em dezembro de 1821, quando as lutas se tornam mais violentas em Pernambuco e na Bahia, fermentam em São Paulo e Minas, agita-se o Rio de Janeiro, o Príncipe Regente transmite a Lisboa uma opinião que diz expressamente «pelas ruas»: «Se a constituição e fazer-nos mal, leve o diabo tal coisa, havemos de fazer um termo para o príncipe não sair, sob pena de ficar responsável pela perda do Brasil para Portugal».

Reconhece em carta do dia seguinte que «com a força armada e impossível unir Brasil a Portugal».

Essa carta contém a mais clara das revelações de que todo o seu jogo para «ficar» estava intimamente ligado ao interesse vital dos colonizadores portugueses para preservar aqui seu domínio. O príncipe afirma a seu pai — e pede que mostre às cortes — a carta em que opina com todas as letras: «... enquanto eu estiver contendo com todas as minhas forças, a declaração da independência, já por alguns bem desejada e que será a meu ver (que antes não queria ver), inevitável...»

Estes foram os antecedentes imediatos, as últimas providências, por parte dos colonizadores, à proclamação da independência a 7 de setembro. A alternativa era essa: ou deixar que as lutas ganhassem corpo, e a independência seria completa e radical, ou tomar a iniciativa do movimento, mantendo aqui os interesses dos colonizadores, fazendo-se uma meia independência. O príncipe regente e seus acólitos, com a inteligência da Corte de Lisboa, optaram finalmente pela quebra dos laços políticos, tratando de manter a dependência econômica.

Estes foram os antecedentes imediatos, as últimas providências, por parte dos colonizadores, à proclamação da independência a 7 de setembro. A alternativa era essa: ou deixar que as lutas ganhassem corpo, e a independência seria completa e radical, ou tomar a iniciativa do movimento, mantendo aqui os interesses dos colonizadores, fazendo-se uma meia independência. O príncipe regente e seus acólitos, com a inteligência da Corte de Lisboa, optaram finalmente pela quebra dos laços políticos, tratando de manter a dependência econômica.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Um amigo (Caratinga — Minas) 50,00
Marítimo patriota (Rio — GB) 500,00
Elias Nicolau Martins (Rio — GB) 1.500,00

Aniversário da revista «Leitura»

Com a presença de escritores, jornalistas e personalidades, realizou-se 5ª-feira de semana passada, na ABI, um jantar comemorativo do aniversário de fundação da revista literária Leitura, dirigida por Barbosa Melo. Entre as personalidades presentes contavam-se o ministro da Educação e Cultura, sr. Roberto Lira e representantes do corpo diplomático.

O diretor de Leitura, Barbosa Melo, anunciou uma nova fase da conhecida publicação que tanto tem contribuído para a difusão

da cultura brasileira, em particular da literatura de ficção e da poesia. Agora, Leitura, passará a publicar em cada número uma seção dedicada a problemas econômicos do Brasil. O objetivo da direção da revista, segundo anunciou Barbosa Melo durante o encontro na ABI é fazer com que ela contribua cada vez mais para o estreitamento das relações culturais entre o Brasil e os países latino-americanos de língua espanhola. Com este fim, Leitura terá uma edição em espanhol, sua edição internacional.

«AMÉRICO — ÊSTE MUNDO E O OUTRO»

Américo — Este Mundo e o Outro, de Milton Pedrosa, acaba de ser lançado nas livrarias do Rio pela Editora Civilização Brasileira.

Milton Pedrosa já se havia revelado, há vários anos, um contista de notáveis qualidades. Estas foram confirmadas pelos seus mais recentes trabalhos de ficção no domínio do conto: O Homem que Não gostava de Cães (Civilização Brasileira) e Noite e Esperança (Editorial Vitória).

O novo livro de Milton Pedrosa — Américo — Este Mundo e o Outro — é uma novela com predomínio de romance. Estruturada com técnica que a aproxima das obras de mestres do gênero, a novela de Milton Pe-

drosa representa uma valiosa contribuição à boa literatura brasileira contemporânea. Um de seus retores atrativos é a linguagem simples e clara que torna a leitura agradável. Ao lado de um enredo que mostra fértil imaginação do ficcionista

Anúncio Classificado

Bombelro — Eletricista
— Pintor — Marceneiro
— Calafate — Reis, Tel.: 38-6055

Canto de Página
Enleida
MAIS LAMENTAVEL

Semana passada comentei aqui a ignominia reinante nos presídios desta cidade e intitulei a crônica de "Lamentável". Hoje, outro título não posso colocar ao alto do canto de página do que este: mais lamentável. Tudo ainda tão lamentável por aqui que achar o que é mais e o que é menos, parece muito difícil. Parece, e é.

Agora é o caso dos mendigos da Guanabara que foram mandados em massa para o Estado do Rio e despejados pelos caminhos. O jornal "Última Hora" denunciou o fato numa reportagem documentada por fotografias dessas que parecem coisas vistas no tempo de Hitler, os campos de concentração, aqueles prisioneiros mais ossos do que pele, e em cada fisionomia a dor e o sofrimento. Denúncia feita, houve no começo, a intenção de negar o fato. Mas foi impossível porque o governo do Estado do Rio resolveu tomar providências e devolver à guanabara cidade os mendigos que foi pagando aqui e ali.

As entrevistas dadas pelas chamadas autoridades sobre o fato, foram mais lamentáveis do que nunca. Houve um que chegou a dizer que era preciso não mostrar aos turistas os mendigos, como se a mendicância fosse um problema de polícia ou se os turistas não conhecessem essa chaga que a sociedade burguesa provoca e alimenta. Nunca esteve o Rio tão cheio de mendigos como agora. Claro que sabemos todos que a análise do problema da mendicância, principalmente num país como o nosso, é longa e profunda, mas o que é inconcebível é que sejam esses desgraçados rebulhões humanos jogados fora como lixo, como pedaços de papel sujo, sem o menor respeito pela vida humana que é afinal a única coisa que eles ainda tem. São o lixo da sociedade? Mas, quem os tornou mendigos, como chegaram a viver da chamada caridade pública?

Todos sabem e muitos comentam o caso de crianças que são alugadas pelos pais para ajudarem mendigos a esmolar. O que faz o governo para liquidar esse descabeleto? Prepara golpes, mantém uma polícia para combater os jogos-do-bicho, fala em moralidade e outras coisas no gênero e se mantém absolutamente indiferente ao destino das crianças e dos esmoleres. Por que com o dinheiro que esbanjam em benefício próprio, os tais senhores não criam estabelecimentos, com comissões e direções entendidas no assunto para, senão terminar, pelo menos minorar o problema da mendicância, principalmente quando se trata de crianças?

Na esquina da rua em que moro, todos os sábados há uma mulher maltrapilha e imunda que pede esmolas com uma menina muito suja mas tão alegre e tão bonita que flico olhando-a brincando com tudo o que encontra, inclusive com os transeuntes. Não pede esmolas, acha a vida tão divertida que ri com os seus dentinhos que ainda não tiveram tempo de quebrar ou enegrecerem. A mulher (será sua mãe aquele desgraçado mulambo humano?) estando uma tampa de queijo do Reino para receber a esmola. Todos dão não por ela, mas pela alegria da menininha. Faço uma experiência; pergunto à mulher: — voce quer me dar essa pequena para eu criar? E ela prontamente: — E eu do que vou viver?

Agora, digam, pode haver coisa mais lamentável do que isso e o último ato do governo (sic) desta cidade mandando jogar mendigos pelos caminhos?

Já Sai!
FÁBRICA DA PEDRA
romance de Pedro Motta Lima
O autor narra com Inconfundível autenticidade o epopéia de Delmiro Gouveia pioneiro da hidroelétrica de Paulo Afonso assassinado misteriosamente em terras de Alagoas
A história de um sertanejo que constituiu um líbello contra a penetração imperialista no Nordeste
Nôvo lançamento da EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA
Em todas as livrarias
Preço Cr\$ 660,00
Pedidos pelo Reembolso Postal à Caixa Postal 165
Rio de Janeiro — Gb.

Tópicos Típicos
Pedro Severino

Sob o "slogan" CONTRA O COMUNISMO, lançou-se candidato a deputado estadual pela Guanabara, na legenda do PDC, o sr. Everardo de Tal, cujo retrato está sendo exibido por toda a cidade.

Vocês já viram o ar do Everardo? A expressão do olhar do Everardo? O sorriso alvar do Everardo? Seu entendimento lento? Seu entendimento tardio?

Convencido que eleição é a hora do pato e que em noite de eleição todo pato é pardo o Everardo — pato sobremano pardo — lançou-se candidato a deputardo.

E na sua campanha eleitoral afinal pra se destacar do conjunto dos outros patos pardos pra se distinguir da horda dos outros Everardos radicalizou o seu conservantismo e adotou o lema mais calhorda: «Vote no Everardo Contra o Comunismo».

O Everardo — que além de tardio é retardado — vai ver o resultado. O povo deste Estado politizado vai ensinar-lhe uma lição profunda: no dia da eleição vai aplicar-lhe um pontapé, uma tunda.

MARÍTIMOS APOSENTADOS NÃO PARAM: REIVINDICAÇÕES

Dirigida pela Comissão Permanente dos Marítimos Aposentados, realizou-se sexta-feira, 31 de agosto, importante assembleia no salão do Clube dos Funcionários do IAPM...

durante a assembleia, que ouviu atentamente o deputado Aurelio Viana e o jornalista Marco Antonio Coelho...

O deputado Aurelio Viana, candidato a senador pela Guanabara, fez um relato de sua atuação parlamentar na Câmara em defesa dos trabalhadores...

REIVINDICAÇÕES

A assembleia foi convocada para um curso de luta reivindicatória dos marítimos aposentados...

No início da reunião, os dirigentes da Comissão Permanente apresentaram informações sobre o atual estágio de seu movimento...

Foi levantada também na reunião a questão de haver a Constituição a respeito para os aposentados...

ORADORES

Vários oradores falaram durante a reunião...

PERNAMBUCO: PROTESTO CONTRA AGRESSÃO A CUBA

RECIFE — PE — (Do correspondente) — A Associação Pernambucana de Solidariedade a Cuba dirigiu um embalsador daquela nação amiga no Brasil...

progressistas e realizado contra o heróico povo cubano. Reafirmamos agora nossa decisão, que é a de todos os homens democratas...

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS

Na primeira quinzena de março deste ano, realizou-se em Budapest, Hungria, a VIII Reunião do Comitê Administrativo do União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e Florestais...

V Congresso Sindical Mundial, dessa reunião internacional participaram todas as organizações de trabalhadores agrícolas...

Decidiu ainda a VIII Reunião do Comitê Administrativo da UISTAF orientar os trabalhadores agrícolas no sentido de um combate constante à miséria...

Maranhão: Desapropriação de Babaçuais

SÃO LUIZ — MA — (Do correspondente) — O deputado José Bento Neves, advogado das associações de lavradores...

meiras de babaçu, que permanecerá sempre de propriedade do Estado. Está previsto ainda que na organização do programa de desapropriação...

AS LIGAS CAMPONESAS DA PARAIBA

Duas Forças se Defrontam: a Várzea e as Ligas

Rui Facó Enviado especial de NR à Paraíba (3ª e última de uma série de reportagens)

A meio caminho entre João Pessoa e Sapé, à soleira do latifúndio, vê-se um muro de cimento, junto à entrada, com esta inscrição: «Memorial das Ligas Camponesas da Paraíba à memória do mártir da reforma agrária — João Pedro Teixeira, fuzilado neste local na tarde de 2-4-1962».

Faltamos das Ligas Camponesas da Paraíba. Tentamos agora uma ideia da força que se lhe opõe: o latifúndio paraibano. Neste Estado, talvez mais do que em qualquer outro do Nordeste...

A VARZEA

Nas conversas entre paraibanos, principalmente quando se tratava de política, eu surpreendi de vez em quando expressões como estas: «A Várzea se opõe...».

pois, uma força decisiva no meio social. A oligarquia ribeirista controla a política e o núcleo da UDN paraibana...

Estreitamente ligada aos Ribeiro Coutinho, existe e há outra família de grandes latifundiários, os Veloso Borges. Virgílio Veloso Borges, além de latifundiário...

OS LUNDGREN

Ao lado destas duas grandes famílias latifundiárias, projetam-se na Paraíba e em Pernambuco a dos Lundgren, que não obstante seu nome germânico...

Que aconteceu porém? Rio Tinto, com sua grande fábrica de tecidos, viu aumentar consideravelmente o peso do voto do operário nas eleições subsequentes...

guiam vencer eleições pelo terror, quando não economicamente, diretamente policial, que implantavam em seu feudo...

Tendo malogrado em todos os esforços para impedir a formação das Ligas Camponesas, a oligarquia paraibana — a Várzea — esta lançando mão ultimamente de um novo recurso que lhe parece providencial: a eliminação física dos dirigentes que começam a surgir no seio do campesinato pobre...

DUAS FORÇAS EM CHOQUE

As imensas propriedades dessas poderosas famílias não sofreram qualquer subdivisão entre os dois últimos censos, nem nos dois últimos anos. Permanecem incluídas em seus limites...

QUEM É JURACI MAGALHÃES

O Governo Juraci Magalhães é o Império do Jôgo-do-Bicho

(2ª de uma série de reportagens do enviado de NR à Bahia)

No terceiro dia de permanência na Bahia — que eu conhecia de velha data, onde possuo velhas amizades e afeições — já poderei compreender os motivos daquele rancor surdo...

Eu não tinha direito de duvidar das palavras deste meu informante, tanto mais que se tratava de homem da imprensa, da grande imprensa da Bahia, bem relacionado nos mais altos círculos da Cidade do Salvador.

Certo dia alguém me definiu: — Juraci é o jôgo-do-bicho. Neste governo tudo gira em torno do bicho. O bicho é o começo e o fim; vale por si mesmo...

de os filhos e parentes de Juraci Magalhães até antigos auxiliares de seu primeiro governo, como seu primeiro delegado auxiliar de polícia...

Não faltaria, de certo, a Juraci Magalhães e seus sócios «novos» de que milhares de cruzelros são entregues às instituições de caridade a título de contribuição proveniente do imposto pago pelos banqueiros do jôgo-do-bicho...

É LEGAL OU NÃO? Milhares de pobres sem trabalho e sem pão, um sem-número de marginais vivem na Bahia dessa única indústria criada pelo governo Juraci Magalhães...

CORRUPÇÃO DESENFREADA

Esse é talvez um dos raros casos em que a imprensa baiana se deu ao trabalho de reconhecer o delegado do Trabalho na Bahia já lavrou milhares de autos de infração relacionados com os banqueiros do bicho...

ferias, não lhes reconhecem qualquer direito. Quando abordados pela Justiça do Trabalho, os banqueiros têm a mais cinica das saídas: trata-se de uma contravenção, não são obrigados a regularizar a situação de pessoas nela envolvidas...

Há pouco, lançaram o que se chamou «o bicho noturno». Um influente vespertino de Salvador ataceou, achando que também assim já era demais. Fecharam. Era uma concessão que faziam à moralidade...

CONTRIBUIÇÃO DE JURACI A LACERDA É SABIDO que em muitos aspectos Juraci Magalhães e Carlos Lacerda se identificam perfeitamente. O jôgo-do-bicho é uma das suas áreas de encontro...

para propaganda e corrupção. Juraci Magalhães, nos seus primeiros tempos na Bahia, não cessava de alardear sua pobreza. Hoje não se atreve a tanto. Mas a verdade é que — dizem — chegou à Bahia de fundição róta, logo depois de 30, e hoje é multimilionário. Certamente, o jôgo-do-bicho contribuiu com uma parcela bem modesta para este enriquecimento...

Os balanços é que suspiram de alívio: — Graças a Deus se foi para nunca mais voltar!

Os balanços é que suspiram de alívio: — Graças a Deus se foi para nunca mais voltar!

ADVOCADO — Rubens Pereira Pinto — Horário: das 2as. às 6as. tardas, das 13 às 19 horas. Rua Silveira Martins, 70 — 2º andar — s/210. Tel.: 32-8822 — S. Paulo

Anúncio Classificado ADVOCADO — Rubens Pereira Pinto — Horário: das 2as. às 6as. tardas, das 13 às 19 horas. Rua Silveira Martins, 70 — 2º andar — s/210. Tel.: 32-8822 — S. Paulo

Legalidade Democrática é Bandeira do Povo

Foram os comunistas os primeiros a denunciar o caráter inconstitucional e antidemocrático do conluio através do qual as forças políticas dominantes impuseram ao povo brasileiro, em agosto de 1961, a reforma da Constituição, através do Ato Adicional N.º 4, que instalou no País a forma de governo parlamentarista.

O parlamentarismo surgiu, assim, como um passe de magia — na verdade, um golpe branco. Durante quinze anos vinham os partidários desse sistema lutando pela adoção no Brasil. Os sucessivos projetos e emendões disfarçados de seu principal corifeu, o deputado Itaul Pila, deram origem a todo um anedotário que envolvia mesmo de fidalgo a pessoa e a "causa" do velho parlamentar gaúcho. De repente, porém, em apenas 48 horas, os deputados e senadores que, durante anos seguidos, estavam habituados a considerar como simples piada o governo parlamentar decidiram que era ele a única solução possível para a "garantia da ordem" e a "preservação das instituições".

Mas, por que isso? Os comunistas disseram, desde o primeiro momento: porque não tendo sido possível às forças mais entreguistas e reacionárias levar até o fim o "golpe negro" implantando a ditadura militar terrorista (como desejavam Lacerda, Denis, Heck, etc.), o recurso que encontraram foi o "golpe branco". Os ex-ministros militares, que de início repeliu qualquer solução em que figurasse o sr. João Goulart como presidente da República (conforme depoimento do sr. Ranieri Mazzilli), passaram a admitir, por força dos acontecimentos, um "acordo de cavalheiros", isto é, a instauração do parlamentarismo, na forma do Ato Adicional n.º 4. Contrariando o pensamento das forças democráticas — aquelas que, na realidade, derrotaram os planos ditatoriais de Denis e Lacerda — o sr. João Goulart concordou com o "golpe branco", quando havia todas as condições para esmagar também a manobra do Ato Adicional.

O compromisso tinha em vista, acima de tudo, impedir que fosse dada a crise política uma solução de que participassem, efetivamente, as forças democráticas e nacionalistas e evitar que, desse modo, pudessem elas exercer sua influência na formação do novo governo. Essas forças, tanto as civis como as militares, foram, como já dissemos, as que puseram por terra as tentativas de "golpe negro". Trata-se, agora, para os reacionários e os concludores, de excluir ou neutralizá-las. Daí a súbita paixão dos círculos políticos dominantes pelo parlamentarismo.

Alega-se, para tentar justificá-lo, que o conluio visava conjurar o perigo de uma guerra civil. Mas também esse pretexto não tem fundamento. Está hoje provado — e isso tem sido repetido enfaticamente pelo governador Leonel Brizola — que, no terreno militar, a crise já estava superada antes de o Congresso adotar a fórmula parlamentarista. Os empreiteiros do golpe já não dispunham de forças que lhes permitissem empunhar armas para torpedear a posse para a simples do sr. Goulart e a formação de um governo inspirado nas ideias democráticas e nacionalistas em nome das quais os patriotas, em todo o País, levantaram-se na mais impressionante mobilização de que se tem lembrança nos últimos tempos.

A implantação do parlamentarismo foi, portanto, uma solerte manobra, de fundo nitidamente antidemocrático.

Ao mesmo tempo, foi uma decisão legal e, mais ainda, inconstitucional. A Constituição de 1946 proíbe, expressamente, que o seu texto seja alterado existindo no País condições de emergência. Mas eram essas, exatamente, as condições em que se encontrava o Brasil naquele momento. Havia um estado de sítio de fato, estavam suspensos os direitos constitucionais. Quem pode sugerir a menor dúvida quanto a isso? O próprio sr. Ranieri Mazzilli — que se submetera ao indecoroso papel de titer do marechal Denis — confessou que, antes de opinar sobre o Ato Adicional, teve de levar o projeto à decisão suprema dos ex-ministros militares. O poder se achava, de fato, nas mãos de uma Junta Militar (Denis, Heck e Moss), manobrada nos bastidores por entreguistas notórios como Cordeiro de Farias e Carlos Lacerda. Estabeleceu-se, sobretudo na Guanabara, a mais draconiana censura à imprensa, com os paus-mandados de Lacerda cercando e invadindo os jornais e emissoras. Sindicatos foram assaltados e centenas de lares violados em verdadeiras "razzias" nazistas por um punhado de militares e tiras obedientes ao Palácio Guanabara. Milhares de prisões foram feitas em todo o País. E as decisões governamentais não eram assinadas nem mesmo por um presidente substituto, mas traziam todas elas o sinete fascista do ex-ministro da Guerra, Odílio Denis.

Assim, não podia o Parlamento, de modo algum, reformar a Constituição. Os deputados e senadores não estavam apenas coibidos ou pressionados, mas submetidos pelas batonetas de uma virtual Junta Militar. Nessas cir-

constâncias, emendar a Constituição era o mesmo que rasgá-la. E foi o que se fez. Ainda mais, quando não se tratava de uma emenda qualquer, e sim de uma mudança da forma de governo — adotada em 48 horas e por processos fraudulentos, pelos mesmos senhores que, durante 15 anos, a consideravam inadequada e inoportuna.

O medo do povo — mais até do que o medo as espadas e canhões, já então fora do controle das Denis e Heck — e que explica o "golpe branco", antidemocrático e anti-constitucional, nasceram a Constituição para impedir que se formasse no País um governo em que o povo pudesse influir, um governo que se compromettesse a realizar, não em palavras mas de fato, as reformas estruturais que as grandes massas exigem: o fim à espoliação dos mo-

nopólios imperialistas, a reforma agrária, a contensão do custo de vida, uma política externa independente, o progresso e a democracia, uma vida digna para os que vivem do trabalho.

Os reacionários têm o cinismo de afirmar que preservaram a "legalidade". Mas que legalidade é essa, quando o que se fez foi violar a Constituição para que a minoria privilegiada continuasse a vender o País aos trustes norte-americanos e a manter oprimido e miserável o nosso povo? Que legalidade é essa que só serve aos traidores, aos bilionários, aos negociantes?

A "legalidade" de homens como Juracy Lacerda, Norbert Levy, Baleeiro, Amaral Peixoto, Carvalho Pinho e seus parceiros é sinônimo de entreguismo e traição.

Traição ao Brasil

A "legalidade" dos entreguistas e a que faz do Brasil um paraíso para o capital estrangeiro imperialista, ao qual se associam apátridas para fazerem fortuna à custa da alienação de nossa soberania e de nossos legítimos interesses.

É a "legalidade" da Instrução 113 da SUMOC — baixada quando estavam no poder os golpistas de 24 de agosto de 1954 — segundo a qual são assegurados aos monopólios estrangeiros privilégios como a importação de máquinas sem cobertura cambial, enquanto os empresários brasileiros são obrigados a comprá-las em troca de dólares cada vez mais caros.

É a "legalidade" que permite a esses trustes, uma vez aqui instalados, mandar para as suas matrizes lucros que, como denunciava o presidente Vargas em sua carta-testamento chegado até a 3007.ª sócia os capitais investidos. Em seu recente depoimento perante a comissão mista de senadores e deputados que reviu o projeto da Câmara sobre a remessa de lucros para o exterior, o econo-

mista Caio Prado Júnior ("Revista Brasileira" n.º 40, 1962) revelou, a base de dados da própria SUMOC, que entre 1947 e 1960 entraram em nosso país 2 bilhões e 369 milhões de dólares e saíram 3 bilhões e 480 milhões. Nesse período, portanto, não se considerando o volume remetido sob os mais diversos tipos de fraude, sofremos um saque de mais de 1 bilhão e 100 milhões de dólares.

É a "legalidade" que expõe o nosso comércio exterior ao quase absoluto domínio das corporações norte-americanas, do que resulta a incessante desvalorização de nossos produtos (e, portanto, de nosso trabalho) e a crescente valorização do que importamos. Veja-se o que acontece com o nosso café: enquanto em 1954 uma libra-peso (453 gramas) era vendida por 78,71 centavos de dólar, hoje é vendida apenas por aproximadamente 34 centavos de dólar. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, em 1954 obtivemos 1 bilhão e 600 milhões de dólares por 4,3 milhões de toneladas exportadas; já em 1958 para obtermos 1 bi-

lhão e 200 milhões de dólares (400 milhões menos que em 1954) tivemos que exportar 8,3 milhões de toneladas (quase o dobro de 1954). Devido a essa redução de trocas não equivalente é que o Brasil, de 1901 a 1950, perdeu 18 bilhões de dólares, a preços de 1950.

É a "legalidade" que subordina o nosso sistema cambial não aos interesses do Brasil, mas às conveniências do saque imperialista. Salvo em outro fugaz momento de nossa história, a política de câmbio de nossos governos se orientou sempre no sentido de facilitar a espoliação do trabalho do povo brasileiro pelos trustes e cartéis internacionais, seja através de disposições como a Instrução 113, seja através das espantosas facilidades para o envio de lucros. Nada melhor do que a confissão feita pelo próprio diretor da SUMOC, o entreguista Otávio Gouveia Juhlho: "A política de câmbio do governo brasileiro é a de assegurar a remessa de lucros. O governo não hesita mesmo em restringir a importação a fim de ga-

rantir câmbio para as remessas razoáveis de lucros". ("A Margem de um Escoteiro", Rio, 1950, p. 22).

É a "legalidade" que permite aos grupos imperialistas, graças às facilidades criminosas que lhes são asseguradas pelos governos e aos capitais formados principalmente dentro do nosso próprio país, estender cada vez mais os seus tentáculos sobre a vida do país. Segundo os técnicos mais insuspeitos, as empresas estrangeiras detinham, em 1957, cerca de 25% dos capitais aplicados no comércio e na indústria; em 1959, 31%; em 1960, cerca de 32% ("O Capital Estrangeiro no Brasil", Editora Banas S. A.).

A "legalidade" defendida por Carlos Lacerda e Norbert Levy, por "O Globo" e o "Estado de São Paulo" — essa "legalidade" financiada pelos trustes e a Embaixada dos Estados Unidos, através do IBAD e das agências de publicidade, não é outra coisa senão o entreguismo, a traição aos interesses do Brasil e do seu povo.

Reino do Latifúndio

A "legalidade" dos reacionários é uma arma para preservar o latifúndio em nosso país — o monopólio da terra, a exploração mais impiedosa das massas camponesas, a produção para o mercado externo e o espantoso atraso da agricultura de subsistência — e impedir que a terra passe a pertencer aos que a trabalham.

Essa "legalidade" é que introduziu na Constituição de 1946 um artigo que praticamente impede a realicção de uma verdadeira reforma agrária, na determinação das indenizações devem ser pagas previamente em dinheiro — e não a prazo e em títulos públicos. O então constituinte Allomar Baleeiro, em impressionante depoimento dado à tribuna, confessou as razões dessa "legalidade": "Representamos uma elite saída das classes beneficiárias da situação atual. Se se fizesse um inquérito sobre a composição

social e profissional desta Assembléia, veríamos que todos nós, ou pelo menos os nossos parentes, somos descendentes das classes agrárias, que sempre se subtraem ao pagamento de impostos, que terminam sempre por recair diretamente sobre o proletariado".

Essa "legalidade" é a responsável pelo sistemático engavetamento de dezenas de projetos que, embora respeitando os limites "sacros" da propriedade privada, introduzem tímidas mudanças no regime de trabalho no campo. Para essa "legalidade" os camponeses têm que ser mesmo bestas de carga.

Essa "legalidade" é que mantém a população a viverem ainda em regime de economia natural e faz com que dos 11 milhões de pessoas empregadas em atividades agrárias somente 18% sejam proprietários — isto é, 82% não dispõe de um pedaço

de terra, sendo desumanamente explorados como peões ou arrendatários.

Essa "legalidade" é que permite a mais desenfreada especulação com o preço das terras. Segundo o Censo Agrícola do IBGE, se em 1940 o preço médio do hectare de terra no Paraná era de 120 cruzeiros, em 1950 esse preço já se havia elevado em mais de 10 vezes. Em 1958, o preço médio das terras em 1940 ou 1950. No Rio Grande do Sul, de acordo com os dados do IRGA, no decurso de 7 anos, entre as safras de 1951/52 e 1957/58 o arrendamento médio de uma quadra de arroz subiu de 1.478 cruzeiros para 1.500 cruzeiros — um aumento de 205%.

Essa "legalidade" é que possibilita acentuar-se cada vez mais a concentração da propriedade agrária. O latifúndio — o tabular do latifúndio — de sorte a que apenas 3,4% das propriedades de 500 hecta-

res e mais delvessem, em 1950, 62,1% da área total. Em 1958, segundo o Censo Agrícola de 1950, 60 propriedades de superfície superior a 100.000 hectares ocupavam 1.000 quilômetros quadrados (aproximadamente a área da Guanabara).

Essa "legalidade" é que faz do crédito, das máquinas, da assistência técnica e financeira um privilégio dos latifundiários, participando estes das benéficas consequências da agricultura destinada ao consumo interno, e que, ao lado de outros fatores, contribui para a demonstração de falta de gêneros essenciais à alimentação do povo, como o arroz e o feijão, para não falar na desorganização da indústria têxtil.

A "legalidade" dos golpistas, os amigos de Mister Gordon e propagandistas da Aliança para o Progresso, e o reinado sangrento do latifúndio — extrema miséria no campo,



Esta é a Legalidade Democrática

Essa falsa "legalidade" não interessa ao povo brasileiro. Ela serve apenas para dar cobertura à espoliação de nossa Pátria pelos trustes estrangeiros, à opressão do latifúndio e à exploração desumana das grandes massas de nossa população.

Ao povo interessa uma legalidade democrática autêntica. E isso significa, antes de mais nada, um Poder e um governo que ponham em prática uma política não a favor do imperialismo e do latifúndio, mas da esmagadora maioria de nosso povo. E para que se possa tornar possível essa política é necessário, fundamentalmente, que os trabalhadores, as massas populares, os democratas e patriotas conquistem e se assegurem amplos direitos democráticos — a liberdade de reunião e organização, a liberdade de imprensa, a liberdade de pensamento, a liberdade de exercício dos direitos políticos, o que, nas atuais condições, exige o registro do Partido Comunista Brasileiro. Não há legalidade verdadeira se os trabalhadores e todos os patriotas e democratas vêm cercados os seus direitos, como ainda acontece, em grande parte, em nosso País. No Brasil de hoje, por exemplo, um episódio da luta política como as eleições mostra como é precária a "legalidade" tão decantada pelos grupos dominantes: uma tenebrosa orgia financeira corrompe e desvirtua o voto do povo. Uma autêntica legalidade democrática reclama inadiáveis reformas de nossa estrutura econômico-social. Não é legal, para o povo brasileiro, a espoliação imperialista dos frutos de seu trabalho. Nem é legal e sobrevivência de uma aberração histórica como o latifúndio. Tampouco pode ser legal essa afronta que ali está: a ostentação de bilhões e bilhões de cruzeiros para o suborno, para o envenenamento da opinião pública em proveito de privilégios odiosos e da pilhagem de nossas riquezas pelos trustes norte-americanos.

Os comunistas são firmes e intransigentes lutadores pela legalidade democrática, porque são patriotas, democratas e servidores do povo. Por isso, a sua luta consiste em conduzir as grandes massas no combate contra o imperialismo e o latifúndio, advertindo-as para que não se deixem envolver pelas

manobras dos que procuram conciliar com o inimigo, pois o caminho para a solução de seus problemas só pode ser o da conquista de um governo nacionalista e democrático — governo de coalizão onde estejam representadas as forças integrantes da frente única antiimperialista e antifundista.

Consideram os comunistas que, nas condições atuais de nosso País, se impõem urgentemente as seguintes medidas:

- a) — Repulsa às imposições do FMI e aos planos de Aliança para o Progresso;
- b) — Limitação drástica da remessa de lucros dos monopólios estrangeiros e ampliação do monopólio estatal do petróleo;
- c) — Nacionalização das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, com indenização pelo custo histórico, assim como de outras empresas imperialistas que operem em setores fundamentais da economia do País;
- d) — Realização de uma reforma agrária radical, estabelecendo a entrega das terras dos latifúndios às massas camponesas, com a indenização das terras desapropriadas em títulos da dívida pública e segundo o valor tributado;
- e) — Medidas concretas contra a inflação e a carestia, rigoroso controle do câmbio e do comércio exterior;
- f) — Revogação das leis reacionárias, que violam os direitos do cidadão, como a Lei de Segurança Nacional, Legalidade para o Partido Comunista;
- g) — Reforma da lei eleitoral, com a eliminação das discriminações antidemocráticas, como as artigos 58; restrição à influência do dinheiro nas eleições e direito de voto para analfabetos e soldados;
- h) — Política externa independente, de ampliação de nosso comércio exterior, de convivência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais, em favor do desarmamento e da paz mundial;
- i) — Combate aos grupos terroristas, eliminação dos focos de provocação golpista nas forças armadas e garantia das liberdades democráticas para todos os cidadãos;

Nababos e Miseráveis

A "legalidade" defendida pela minoria privilegiada que se vende às massas de milhões de homens, mulheres e crianças de nosso povo um atraso e uma miséria que não podem mais continuar.

É a "legalidade" que mata como moscas as nossas crianças. Deles, mais de 20 em cada grupo de 100 morrem antes de atingir um ano de idade e 50 antes de chegar aos 5 anos. No município de Eirunepé, na Amazônia, morrem 800 em cada mil crianças no primeiro ano de vida. As doenças e a pobreza que celam essas vidas são frutos da "legalidade" que se ergue sobre a dependência e o atraso do Brasil.

É essa "legalidade" que tem de responder por todos estes crimes, apontados pelo escritor Franklin de Oliveira ("Revolução e Con-

tra-Revolução no Brasil): a ancliosomose castiga 23 milhões de brasileiros, o bócio endêmico 18,5 milhões e a esquistossomose de 3,5 a 4 milhões; a doença de Chagas aflije mais de um milhão de brasileiros; temos um milhão de tracomatosos contagiantes, 600 mil boubáticos e quase 64 mil Hansenianos; 43 mil brasileiros são doentes mentais; de 1950 a 1959 morreram anualmente, em média, 140 mil crianças de gastroenterite; a tuberculose se mata mais de 100 mil pessoas por ano; em nosso país morre uma criança cada 42 segundos, 85 por hora e 2.040 por dia.

É essa "legalidade" que leva um latifundiário de Minas Gerais — fato mencionado por aquele escritor — à afirmação cruel: "Se a mortalidade de bezerros fosse, nas minhas fazendas, como a das crianças, eu desistiria de

ser fazendeiro". Mas os latifundiários, precisamente, e os seus amigos e comparsas do "mundo livre" que são os responsáveis por esse crime. O "democrata" Mezenes Cortes não vive a se exaltar a "liberdade de trabalhar onde e como quiser", e isso não é uma variante da "liberdade" que têm as nossas crianças de morrer em maior proporção que os bezerros?

É essa "legalidade" que explica outros fatos também benéficos: em todo o país existem apenas 120 hospitais infantis; em todo o Nordeste possuímos menos de um leito para cada mil brasileiros; 900 municípios brasileiros não têm um só médico; no Paraná, 91,4% dos municípios não dispõem de nenhuma assistência hospitalar; e de mais de 5 milhões, no país, o número de habitações sem condições sanitárias; a cota diária de leite de um

brasileiro é em média de 20 gramas.

É essa "legalidade" que, para preservar-se, mantém o nosso povo em sua maior parte sem acesso aos conhecimentos mais elementares. Dos 8 milhões de brasileiros que chegam à idade escolar, só 4 milhões frequentam escolas. E desses apenas 460 mil concluem o curso primário. Quanto à Universidade, nela só têm acesso menos de 5% de nossa juventude. Num país que precisa vitalmente de técnicos existentes apenas 2.600 vagas para 12.000 candidatos às faculdades de engenharia.

A "legalidade" dos entreguistas e reacionários significa a eternização de uma sociedade em que uma parasitária minoria de nababos trata os interesses nacionais e tripudia sobre os tormentos da esmagadora maioria de nosso povo.

Suborno e Corrupção do Poder Econômico Fraudam as Eleições

- Jornais alugados pelos agentes do imperialismo
- Brizola denuncia a ação das classes produtoras
- Milhões e milhões para a «gang» de Carlos Lacerda
- A intervenção escandalosa das entidades patronais
- O povo deve reagir contra os vendilhões da Pátria

Ninguém mais tem dúvida quanto à existência de uma espantosa onia de suborno e corrupção, uma estreiteira orga financeira sustentando as manuações golpistas e a campanha eleitoral das forças entreguistas e reacionárias. Os documentos comprovatórios estão sendo exibidos ao povo, como fez o governador Leonel Brizola ao revelar a carta através da qual o jornal "A Noite" vendia a sua opinião à empresa de publicidade "Promotion". Alias, são os próprios subornados que fazem a confissão: a "Tribuna de Imprensa", jornal de Carlos Lacerda, informou que o IBAD (isto é, a Embaixada dos EUA e os monopólios ianques) que financia a campanha de teste-terra como Juraci, Lopo Coelho, Amaral Neto, Menezes Côrtes e outros apátridas.

Através desse ignobil suborno e de um delirante impacto publicitário, os apátridas procuram levar a opinião pública à confusão e ao erro. Quando a realidade mostra que o País é cruelmente espoliado pelo imperialismo e que o latifúndio constitui uma chaga no corpo da sociedade, os apátridas tentam submeter os brasileiros a uma "lavagem cerebral" e convencê-los de que o perigo é o "comunismo internacional". Mentiram duplamente: quando subvertent os termos exatos do problema e quando procuram excluir os comunistas da vida política.

Que objetivos pretendem, no fundo, alcançar? Dividir os patriotas e verdadeiros democratas, dificultar o avanço dos movimentos de libertação nacional e pelas reivindicações populares, preservando por esse meio a caduca e odiosa estrutura econômico-social que ai está. Apresentam como "subversiva" a luta contra o saque de nosso País pelos trustes norte-americanos porque eles são socios, agentes ou assalariados desses trustes e, desse modo, fazem fortuna com a dominação estrangeira sobre a nossa economia e as nossas riquezas. Depois de se enganarem em berros contra a "escravidão vermelha", Lacerda e Amaral Neto perdoam a dívida de 6 bilhões de cruzeiros dos exportadores de café. Depois de um editorial em que os líderes sindicais são tratados como "desordeiros irresponsáveis", "O Globo" assina polpudos contratos de publicidade com a Standard Oil e a Light. Depois de organizar a ADP, o criminoso João Mendes obtém dos latifundiários baianos o compromisso de abrir-lhe os "currais eleitorais", garantindo-lhe uma cadeira de deputado que será usada para as mais sujas e infames negociações.

Dólar só Com Entreguismo

Revoltado com o ascenso do movimento nacionalista, e muito particularmente com a luta pela aprovação da limitação de remessa de lucros para o exterior, Emil Farhat, presidente da McCann Erikson Publicidade, voltando de uma visita aos patrões nos Estados Unidos, correu ao jornalco de Lacerda, dia 1º de setembro, e declarou indignado:

«Há três meses não se faz nenhum investimento em dólar no Brasil, conforme atestam as estatísticas de nossos órgãos oficiais. Enquanto alguns brasileiros teimam em ameaçar os investidores estrangeiros de capitais, no Peru vêm entrando diariamente 2 milhões de dólares. Convém lembrar alguma coisa sobre a McCann Erikson e seu atual presidente, que estiveram em grande evidência em novembro de 1957, por ocasião do inquérito parlamentar realizado para apurar as atividades antinacionais dos trustes do petróleo no Brasil.

Naquela época, a empresa de publicidade, que mantém sede em Nova York, onde estão 70% de suas ações distribuídas anualmente 300 milhões de cruzeiros na

propaganda de diversas firmas norte-americanas aqui instaladas. Sua principal cliente era a Standard Oil Company, que passou a chamar-se em nossa terra Esso Standard do Brasil. O atual presidente da McCann Erikson, Emil Farhat, era então assistente imediato de Armando Moraes Sarmento, que dirigia a empresa.

Chamados a depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, viram-se os dois personagens a tra páliados para explicar a distribuição da publicidade da Esso, dirigida apenas aos órgãos de imprensa contrários ao monopólio estatal do petróleo, suborno e corrupção que, gaguejantes e confusos, acabaram por confessar.

Agora volta Emil Farhat, já como presidente da McCann Erikson, e põe a nu mais essa pressão do poder financeiro do dólar, advertindo nas entrelinhas que devemos nos comportar direito para que continue o processo espoliativo a que somos submetidos pelos trustes do imperialismo norte-americano.

Os Gerentes

As gordas verbas do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que tem no boletim Ação Democrática seu órgão de divulgação, são controladas e distribuídas por Dario de Almeida Magalhães e Arthur Oscar Junqueira, amigos de cama e mesa do governador Carlos Lacerda.

Embora no expediente do boletim conste como diretor-responsável o nome de Ivan Hasselocher, este é puramente um testa-de-ferro dos dois que manipulam os dinheiros destinados à eleição dos asselados do governador da Guanabara, conforme se pode ver em "Instituto de corrupção", nosso local desta página.

Dario de Almeida Magalhães é nada menos que presidente do Banco do Estado da Guanabara, tendo se notabilizado por ser o advogado dos exportadores do café, que obtiveram de Lacerda a permissão de sua dívida de seis bilhões de

cruzeiros e ainda a redução do imposto. Dario e também o pai de Rafael de Almeida Magalhães — o Rafa — chefe de gabinete íntimo de Lacerda.

O outro, Arthur Oscar Junqueira, era um simples funcionário da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, até que Jânio o fez presidente da autarquia. Com a renúncia de Jânio, desejou ele continuar agarrado ao cargo, procurando, para isso, ligar-se ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Não foi feliz, todavia, em suas pretensões de manter-se no lugar, onde, a julgar pelo que está passando na campanha eleitoral, conseguiu amenizar bom pedúlio.

Ai está o objetivo do chamado "poder econômico" e dessa desenfreada e contessada orgia financeira: conservar a velha estrutura, as carcomidas instituições, os revoltantes privilégios — e, acima de tudo, a pilhagem de nossa Pátria pelo imperialismo norte-americano. Querem que se mantenha uma ordem de coisas em virtude da qual a imensa maioria do nosso povo sofre os mais incriveis tormentos da miséria, do atraso e do analfabetismo, enquanto uma minoria parasitária — que tem o despiante de encher a boca com palavras e expressões sonoras como "democracia", "liberdade de trabalhar onde e como quiser", etc — vive a tripa torça, vendida aos dólares de seus patrões ianques.

Em nome da perpetuação desses privilégios, desse direito de trair a Pátria e condenar um povo a inanição, e que o "poder econômico" despeja bilhões e bilhões para financiar o golpe contra as verdadeiras liberdades democráticas e, de outro lado, ou ao mesmo tempo, para manter em suas mãos as rédeas do Estado, hoje particularmente para assegurar a maioria no Parlamento, e daí negar ao povo as leis que serviriam aos seus interesses.

O poder econômico existe e atua para defender e preservar esse poder político. É em função de tal objetivo que gastam bilhões em favor de homens como Juraci (o padrinho de Mister Link), Menezes Côrtes (o chefe de polícia que, em 1954, só de uma vez prendeu 1300 trabalhadores da Light), Herbert Levy (o sócio dos exportadores ianques de café e presidente do Banco da América), Amaral Neto (o deputado que, para servir a "O Globo", deu sumiço na Câmara Estadual ao projeto que mandava desapropriar o Parque Lage) e outros inimizos da Pátria e do povo.

Procuram fazer, enfim, e agora mais furiosamente do que nunca, da vida pública e, particularmente, das eleições um instrumento única e exclusivamente a serviço da espoliação imperialista, da exploração e opressão das grandes massas do povo. É contra isso que se erguem as forças nacionalistas, democráticas e populares denunciando-os, arrastando-lhes a máscara tórpe da tração e advertindo o povo para que não se deixe enganar mais, ao contrário, se levante para derrotá-los e esmagá-los em todos os terrenos.

Financiando Fascistas

Com dinheiro depositado na Cooperativa Brasil de Crédito, em Fortaleza, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) esta desenvolvendo intensa atividade no Ceará para eleger governador o candidato Virgílio Távora.

Já estão alugados cerca de mil caminhões, jipes e camionetas para transportar os eleitores no dia 7 de outubro, sob o controle de Milton Mota Fernandes e dos candidatos Humberto Ellery e coronel Sabino Guimarães.

Os três acima são os responsáveis pela distribuição das verbas do IBAD, que atinge a 100 milhões de cruzeiros e beneficia principalmente o ex-ministro Armando Falcão, que tem a

seu dispor os mais caros horários do rádio e TV para atacar o presidente João Goulart e o sr. Adahil Barreto, candidato a governador das forças nacionalistas e democráticas.

Enquanto a propaganda em rádios, jornais e televisão é paga pela agência de publicidade "Promotion" a mesma que subornou o jornal carioca "A Noite", a maioria dos veículos utilizados na propaganda, de rua tem chapas de Pernambuco, enviados por Heruclano Carneiro, gerente do IBAD nesse Estado.

A corrupção na imprensa não se limita à compra de espaço, pois o IBAD está exigindo a demissão dos jornalistas contrários à sua atividade corruptora.

Circular Golpista

Sob as mais variadas formas apresenta-se a poderosa corrupção econômica visando, além de viciar as próximas eleições de outubro, como se vê pela formidável máquina de propaganda montada pelos homens que gostam de chamar-se "as classes produtoras", criar um vasto clima de opressão, intriga e insegurança para, com isso, criar um clima propício à germinação de suas atividades golpistas para a implantação de uma ditadura que, mantendo o povo, melhor permitisse o livre curso do processo espoliativo a que se submeto o País.

Velo à tona, fim da semana passada, um documento, distribuído sempre com o rótulo de "estritamente confidencial", elaborado pelo sr. Rul Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial da Guanabara, o ata se entregue aos dirigentes de todas as entidades das "classes conservadoras", tais como Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Indústria, IPES, CONCLAP, etc.

Do texto da circular "estritamente confidencial", cujo objetivo, como facilmente é próprio esclarecer e enfraquecer a posição do presidente da República e do primeiro-ministro, podemos destacar trechos como os seguintes:

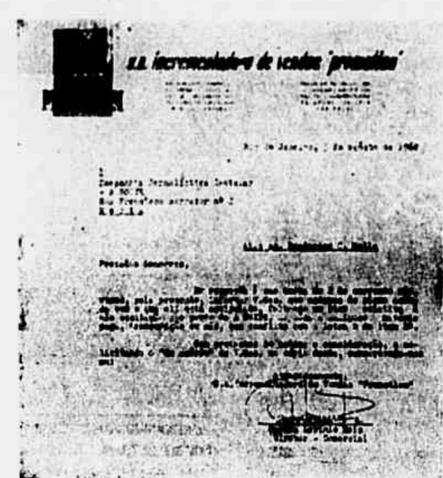
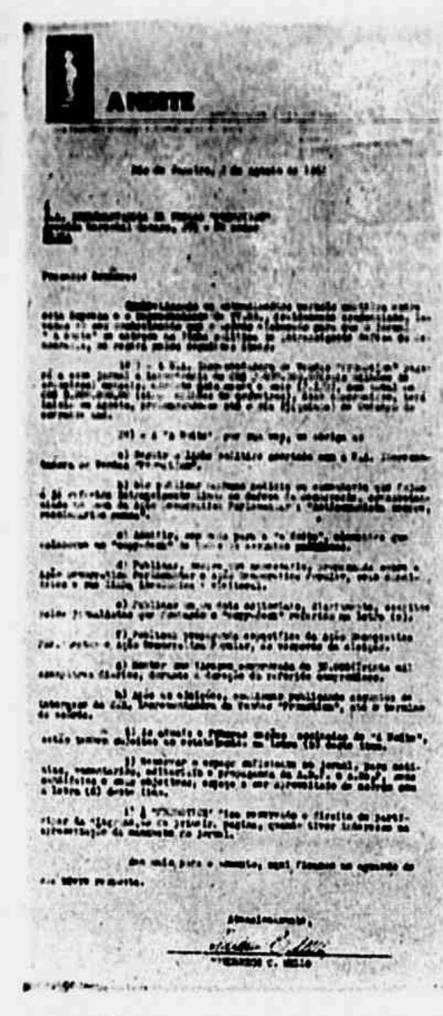
"As afirmações feitas pelo exmo. sr. primeiro-ministro, de que o atual gabinete poderá renunciar, caso não lhe sejam concedidos poderes legislativos e não se encontre uma fórmula capaz de possibilitar a realização do plebiscito dentro do mais breve prazo, além de outras notícias, que não podem deixar de intranquilizar a opinião pública brasileira, levando-nos a lhe dirigir, em caráter estritamente confidencial, um apelo para que mobilize todas as forças vivas desse Estado, no sentido de que a Câmara e o Senado sejam devidamente prestigiados em quaisquer circunstâncias."

Mais adiante, o documento passa para os detalhes, indicando métodos de pressão abertamente, como se segue:

"Além das altitudes que as circunstâncias possam aconselhar, queremos sugerir-lhe sejam endereçadas à Câmara e ao Senado, por todas as entidades de classes produtoras e liberais, telegramas.

Adiante, o apelo se peias ao dinheiro, à compra de consciências e opiniões:

"Julgamos, também, de toda conveniência que os amigos intervenham junto a jornais e rádios no sentido de que esses veículos de publicidar prestígio do Congresso Nacional."



Os documentos acima, exibidos na televisão pelo governador Leonel Brizola, mostram que os homens das chamadas "classes produtoras" passaram das palavras para os atos. As campanhas que anunciaram estar sendo organizadas meses atrás começaram a funcionar em sua atividade de corromper pensamento e opinião, no afã de defender seus privilégios e as posições do capital imperialista em nosso país.

5 Milhões Para Trair

Falando numa cadeia de rádio e televisão, o governador Leonel Brizola fez importante denúncia, apresentando os documentos comprovatórios, de que o vespertino "A Noite" alugou-se por 5 milhões de cruzeiros a Sociedade Anônima Incrementadora de Vendas "Promotion", de agosto até 15 de outubro, a fim de empenhar-se para atingir os furibundos reacionários da Ação Democrática Parlamentar e organizações congêneres.

O contrato firmado entre as duas empresas prevê que a "Promotion" fara o "copy-desk" (que, no caso, pode ser traduzido por censura) de todos os assuntos políticos, sociais, culturais, econômicos, científicos, literários e de qualquer natureza que apareça no jornal. Por seu turno, ao jornal compete escrever e encadear o mais violento anticomunismo, previsto no item b da 2ª cláusula contratual, consubstanciada na letra da ADP "Anticomunistas sempre".

Publicamos abaixo a íntegra da carta enviada por Frederico C. Melo, presidente da Empresa Jannarsina Castelar — A Noite à S. A. Incrementadora de Vendas "Promotion":

"Prezados Senhores

Concretizando os entendimentos verbais mantidos entre esta Empresa e o representante de V. Sas., devidamente credenciado, levamos ao seu conhecimento que o acordo elaborado para que o jornal "A Noite" se enfitose na linha política da intrasigente defesa da democracia, se regera pelo seguintes itens:

- 1º) A S.A. Incrementadora de Vendas "Promotion" pagará a este jornal a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) mensais, durante dois meses e meio (2 1/2), num total de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros). Esse compromisso terá início em agosto, prolongando-se até o dia 15 (quinze) de outubro do corrente ano.
- 2º) A "A Noite", por sua vez, se obriga a:
 - a) Seguir a linha política acertada com a S. A. Incrementadora de Vendas "Promotion".
 - b) Não publicar nenhuma notícia ou comentário que fuja a ja intrasigente linha de defesa da democracia, consubstanciada no lema da "Ação Democrática Parlamentar": "Anticomunistas sempre, reacionários nunca".
 - c) Admitir, sem onus para "A Noite", elementos que colaborem no "copy-desk" de todos os assuntos políticos.
 - d) Publicar, sempre que necessário, propaganda sobre a Ação Democrática Parlamentar e Ação Democrática Popular, seus candidatos e sua linha ideológica e eleitoral.
 - e) Publicar um ou dois editoriais, diariamente, escritos pelos jornalistas que formarão o "copy-desk" referido na letra c.
 - f) Publicar propaganda específica da Ação Democrática Parlamentar e Ação Democrática Popular, as vesperras das eleições.
 - g) Manter uma tiragem comprovada de 30.000 (trinta mil) exemplares diários, durante a duração do referido compromisso.
 - h) Após as eleições, continuar publicando assuntos de interesse da S.A. Incrementadora de Vendas "Promotion", até o término do acordo.
 - i) As atuais e futuras seções assinadas de "A Noite" estão também sujeitas ao estabelecido na letra b deste item.
 - j) Reservar o espaço suficiente no jornal, para notícias, comentários, editoriais e propaganda da ADP e ADP seus candidatos e seus objetivos, estando a ser aproveitado de acordo com a letra d deste item.
 - k) A "Promotion" fica reservado o direito de participar da diagramação da primeira página, quando tiver interesse na apresentação da manchete do jornal.

Sem mais, para o momento, aqui ficamos no aguardo de sua breve resposta.

Atenciosamente,

Fredérico C. Melo.

Não tardou a resposta da "Promotion", que veio exigindo mais um item, como se vê abaixo, na íntegra da carta: "Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1962

Prezados senhores,

Em resposta à sua carta de 2 de corrente mês, vimos, pela presente, informar a VV. SS. que estamos de pleno acordo com o que ai está estipulado, faltando um item relativo à não aceitação por parte de "A Noite" de toda e qualquer matéria paga, transcrição ou não, que conflite com a letra "b" do item 2º.

Com os protestos de estima e consideração, e solicitando o "de acordo" de VV. SS. na copia desta, subscrevo-me mui atenciosamente.

S. A. Incrementadora de Vendas "Promotion",

Carlos Lavínio Reis — Diretor-comercial".

NOVOS RUMOS

Instituto de Corrupção

"O poder econômico que é preciso destruir é antes de mais nada o que se encontra em mãos do governo através dos Institutos de Previdência, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica Nacional..."

Quando tem o cinismo de fazer tais declarações é o boletim "Ação Democrática", publicação mensal do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que tem sede no Estado da Guanabara e é mais um porta-voz da pregação golpista do governador Lacerda.

As atividades escusas do IBAD, que já foram inclusive objeto de um requerimento de informações na Câmara, visam corromper o processo eleitoral brasileiro, desencadeando formidável campanha financeira para fortalecer as posições das "classes conservadoras" no próximo Parlamento.

O jornal de Lacerda, em sua edição de 27 de agosto, confessa com todas as letras, conforme o "fac-símile" que reproduzimos na edição passada, o financiamento do IBAD aos candidatos antinacionalistas, ali chamados eufemisticamente de anticomunistas.

Eis o que publicou a "Tribuna da Imprensa": "Entre os candidatos da Guanabara que não precisam fazer despesas com a campanha eleitoral,

pois tudo é pago pela Ação Democrática, destacam-se os seguintes, todos considerados líderes anticomunistas e que contribuirão para uma efetiva renovação do Parlamento brasileiro: Juraci Magalhães, Menezes Côrtes, Maurício Joppert, Lopo Coelho, Amaral Neto, Euripedes Cardoso de Menezes, Danilo Nunes, Raul Brunini, Gabriel Chaves de Melo, Raimundo de Brito, entre outros".

Esse Gabriel Chaves de Melo é o Chefe da Redação do boletim do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que prega abertamente contra a Petrobrás, a Cia. Siderúrgica Nacional e outras empresas estatais.

A reportagem do jornal de Lacerda, que é o maior cabo eleitoral dos candidatos citados, usando o poder, a influência e os cofres do Estado para, eleger seus sequazes, faz um cálculo dos gastos necessários para a propaganda eleitoral, chegando, a conclusão de que cada candidato terá de gastar, até ao fim da campanha, cerca de 10 milhões de cruzeiros.

É um rio de dinheiro correndo, de origens as mais espúrias, uma delas, a principal, o poder altamente corruptor do dólar, através do IBAD, IPES e outros institutos de corrupção.

O poder econômico que é preciso destruir é antes de mais nada o que se encontra em mãos do governo através dos Institutos de Previdência, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica Nacional e certos trustes estaduais onde milhões e bilhões de cruzeiros estão sendo mobilizados em benefício das forças satãs do esquerdismo e com vistas às próximas eleições. Os milhares e milhares de nomeações recentemente feitas confirmam nossa afirmação.

Felizmente o povo brasileiro não é aquilo que os russos supõem.

O povo brasileiro saberá escolher entre democracia e latifundismo. O sr. Brizola e seus comparsas terão de abafar pela força das armas (provavelmente checas) a voz das urnas, que os dinheiros públicos, manipulados pelos senhores do momento, não hão de conseguir corromper.

O poder econômico que é preciso destruir é antes de mais nada o que se encontra em mãos do governo através dos Institutos de Previdência, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica Nacional e certos trustes estaduais onde milhões e bilhões de cruzeiros estão sendo mobilizados em benefício das forças satãs do esquerdismo e com vistas às próximas eleições. Os milhares e milhares de nomeações recentemente feitas confirmam nossa afirmação.